



**IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

ROSILANE ROCHA DA COSTA TEIXEIRA

**DIALOGANDO SOBRE A INCLUSÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A
ACESSIBILIDADE ACERTADA OU PERDA**

CABO FRIO - RJ

2023



ROSILANE ROCHA DA COSTA TEIXEIRA

**DIALOGANDO SOBRE A INCLUSÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A
ACESSIBILIDADE ACERTADA OU PERDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Inclusão e Práticas Pedagógicas

Orientadora: Profa. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza

CABO FRIO - RJ

2023



CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

T266d Teixeira, Rosilane Rocha da Costa.
Dialogando sobre a inclusão nas políticas educacionais: a acessibilidade acertada ou perda. [recurso eletrônico] / Rosilane Rocha da Costa Teixeira. – Dados eletrônicos. – Cabo Frio-RJ: 2023.

71 f.

Orientação: Sawana Araújo Lopes de Souza.
Dissertação (Mestrado) - ENBER/PPGCE.

1. Inclusão. 2. Políticas educacionais. 3. Acessibilidade. I. Sawana Araújo Lopes de Souza Lopes. II. Título.

ENBER/BC

CDU 796



ROSILANE ROCHA DA COSTA TEIXEIRA

**DIALOGANDO SOBRE A INCLUSÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS:
A ACESSIBILIDADE ACERTADA OU PERDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada em: 28/04/2023

Sawana Araújo Lopes de Souza

Prof. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza
(Orientadora/ENBER)

Shsleyder Lira dos Santos

Prof. Dr. Shsleyder Lira dos Santos
(Membro-externo/FPB - Paraíba)

Miriam Espíndula dos Santos Freire

Prof. Dra. Miriam Espíndula dos Santos Freire
(Membro-interno/PEE/PB)



Dedico esta trajetória à minha Família, Elo forte e de apoio: meus pais, José Silva e Iracy Silva, ao meu esposo Wilson Teixeira.



AGRADECIMENTOS

À Deus por, mesmo sendo superior, me tratar como filha e amiga e me dispensar todo suporte emocional, espiritual e de força para essa e tantas outras jornadas;

À Ivy Enber Christian University pela oportunidade de fazer parte deste meio acadêmico de excelência;

À professora Orientadora Doutora Sawana pela sua dedicação, paciência, carinho e compreensão, além de todo seu conhecimento e disposição em transmiti-lo a nós;

A todos os professores pela dedicação, apoio e saber transmitido;

Aos grupos de apoio em pesquisa e transmissão dos meios necessários para a realização desse trabalho;

Aos meus pais e irmãos por todo apoio nessa caminhada não medindo esforços para meu suporte;

Ao meu esposo por toda paciência e espera nesse projeto;

Aos profissionais que me receberam com todo carinho para que esse sonho se tornasse realidade.



RESUMO

Ao observar sobre o ato de incluir, há de se observar sobre acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino. A inclusão na escola tem como objetivo acolher e dar a possibilidade a todos a garantirem seus direitos independente da classe social, condição psicológica ou física terem o direito deles garantido, co siderando as suas respectivas necessidades. No entanto, até onde a inclusão é parte que acrescenta ou gera perda aos alunos e suas necessidades? Precisamos mais que nos adaptar e sim fazer parte da verdadeira inclusão, principalmente, pois não se tem muitos recursos para a eficaz aplicação e aproveitamento do conhecimento que adquirimos e buscamos. Nesse sentido, o processo de inclusão nos documentos internacionais, nacionais em busca de responder a esse questionamento apontamos como objetivo geral: Compreender o processo de inclusão das Pessoas com Deficiência nas políticas educacionais e na Rede municipal de Rio das Ostras/RJ. Enquanto os objetivos específicos são: Discorrer sobre a educação inclusiva e a acessibilidade; Descrever sobre a educação inclusiva e a acessibilidade nas políticas educacionais; Refletir sobre os retrocessos e desafios da educação inclusiva e da acessibilidade nas políticas educacionais. Para isso, utilizamos nesta dissertação, metodologia em pesquisa bibliográfica e documental, se utilizando de diversos documentos como forma metodológica de conceituar e trazer possível discussão para iniciar uma solução ao caso trazendo a édige de políticas educacionais a fim de levar a reflexão sobre os desafios a serem enfrentados para que o maior numero de pessoas saibam exatamente como trazer à sociedade a inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência. A família precisa participar ativamente de tarefas de inclusão a fim e ter a mesma linguagem e também por ser o primeiro ponto de apoio e incluão e buscar conhecer sobre a necessidade dos seus para que o mesmo se sinta incluído no meio de convívio, lutando através do conhecimento de suas habilidades, buscando sua acessibilidade e contribuindo para a atuação e melors atendimento, buscando profissionalização e conhecimento dos envolvidos na área de inclusão, bem como convívio e aceitação de alunos com deficiência trazendo acertividades e motivações, bem como cognição e aprendizado que levarão a igualdade de condições acadêmicas, sociais, dentre outras que promoverão sua dignidade e fortalecimento das habilidades.

Palavras-chave: Inclusão. Acessibilidade. Políticas Educacionais. Desafios.



ABSTRACT

When looking at the act of including, we must ponder the concepts of questioning in which we must follow how; School inclusion is welcoming all people, without exception. Inclusion at school aims to welcome and give all the possibility to guarantee their rights, which is education from elementary school to high school, regardless of social class, psychological or physical condition, their right is guaranteed, considering yours need. However, to what extent is inclusion a part that adds or generates loss to students and their needs? We need more than adapting, but being part of true inclusion, mainly because we don't have many resources for the effective application and use of the knowledge we acquire and seek. In this sense, the process of inclusion in international and national documents, in order to answer this question, we point out as a general objective: To understand the process of inclusion of people with disabilities in educacional policies and the municipal network of Rio das Ostras – RJ. Specific are: Discuss inclusive education and accessibility Describe inclusive education and accessibility in educational policies; Reflect. on the setbacks and challenges of inclusive education and accessibility in educational policies. For this, we use in this dissertation, documental and cienty articles, several documents as a methodological way to define and bring possible discussion to start a solution to the case as bring them into the edge of educational policies in order to reflect on the challenges to be faced so that the greatest number of people know exactly how to bring inclusion and inclusion to society. Accessibility for people with disabilities. The family needs to actively participate in inclusion tasks in order to have the same language and also to be the first point of support and inclusion and seek to know about the needs of their family members so that they feel included in the environment, fighting through the knowledge of their abilities, seeking their accessibility and contributing to the performance and better service, seeking professionalization and knowledge of those involved in the area of inclusion, as well as coexistence and acceptance of students with disabilities, bringing assertiveness and motivation, as well as cognition and social condition, among others that will promote their dignity and skills building.

keywords: Inclusion, Accessibility. Educacional politicians.Challenges.



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos Internacionais	47
Quadro 2 – Documentos Nacionais	47
Quadro 3 – Documentos Locais	48



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Propostas de Organização e Autonomia Funcional26

Tabela 2 – Observação da Realidade escolar31



LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CNE - Conselho Nacional de Educação

CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CONADE - Comitê Nacional de Educação Especial

FNE - Fórum Nacional de Educação

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

LOAS - Lei da Organização e Assistência Social

MEC - Ministério da Educação

PCD - Pessoa com Deficiência

PNE - Plano Nacional de Educação



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A INCLUSÃO E A ACESSIBILIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ENTRE RECUOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – COMPREENSÃO DO SABER.....	18
2.1 Inclusão e Acessibilidade.....	18
2.2 Os Movimentos Sociais e a Educação Especial: Propostas de Inclusão e Acessibilidade.....	22
2.3 A Acessibilidade na Escola e o seu Processo de Inclusão.....	31
3 TEÓRICO–METODOLOGICO.....	39
3.1 Recurso Metodológico.....	39
3.1.1 Metodologia Qualitativa.....	40
3.2 Pesquisa Bibliográfica.....	40
3.3 Pesquisa Documental.....	41
3.4 Documentos Analisados em Diálogo com a Educação Inclusiva.....	44
4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A ACESSIBILIDADE SOB A PERSPECTIVA DE UM ACERTO OU DE UMA PERDA	45
4.1 Análise Sobre a Educação Inclusiva e a Acessibilidade nas Políticas Educacionais: Uma Investigação nas Legislações.....	49
4.1.1 Documentos Internacionais de Base Para a Educação Inclusiva.....	50
4.1.2 Documetos Nacionais Que Pautam Sobre a Inclusão.....	55
4.1.3 Documentos da Inclusão em Rio das Ostras.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66



1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo dessa pesquisa consiste em refletir sobre a forma de atendimento e aplicação da inclusão nas escolas de Rio das Ostras. Mostrar que através de conhecimento e busca de aprendizagem da área inclusiva, pode trazer recursos e avanços com os alunos público alvo. Se estas acontecem de forma natural, de forma plausível, de forma a realmente a incluir alunos atendidos em salas de recursos multifuncionais a alcançarem melhorias materiais, emocionais, físicas, mentais e estruturais.

Na atualidade, a Educação inclusiva vem sendo cobrada pela sociedade a fim de se fazer cumprir as determinações legais que visam diremir a exclusão social, trazendo a dignidade da pessoa humana como constatado na Constituição Federal de 1988 em seu art. 208, inciso III. Dentre os direitos da criança e adolescente, a educação é forma de integração e dignidade e para que se alcance a igualdade de condições entre crianças público alvo e as demais, faz-se necessária acertividade na implementação da educação inclusiva e recursos capazes a elevarem a cognição e socialização dos atendidos.

A falta de recursos torna mais difícil a inclusão de forma eficaz e com resultados positivos. Os profissionais se esforçam, mas sem perspectivas de melhoras devido à desvalorização e a falta de estrutura compatível cm a necessidade. A aproximação com a família e sociedade bem como todos os envolvidos na inclusão se torna imprescindível para atender o que determina a lei nessa temática.

A proximidade com esse tema adveio da necessidade de melhoria nas bases de inclusão, obeservada em âmbito nacional, estadual e Municipal, tendo como exemplo o Município de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro. Ao observar a Educação Especial a inquietação para uma aplicação de melhorias sem mesmo ter a preparação física do local de trabalho trouxe uma busca de diálogo sobre a educação inclusiva e Identificar os processos de inclusão a partir de legislações brasileiras trazendo considerações e formulação de quesitos de melhoria para melhor atender os alunos inclusos, pais e profissionais da área que atendem na





O público alvo do atendimento especializado em Rio das Ostras se baseia em pessoas com deficiência física, intelectual, altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento.

Em âmbito nacional, fora observado, através de reportagens, como a encontrada no site: <https://educacao.imagine.com.br/os-desafios-da-educacao-inclusiva-no-brasil/>, leituras e apontamentos a falta de estrutura e preparo de profissionais para atuação em diversas áreas da educação inclusiva bem como locais e serviços essenciais, promovendo sua qualidade de vida e bem-estar. Escolas especializadas durante muito tempo foram espaços para atender alunos com necessidades especiais trazendo muitas críticas de segregação educacional.

Assim, a proposta da inclusão em salas de aulas regulares pautados pelo art 205 da CF/1988, onde confirma sobre o direito à educação e o dever do Estado e da família para a promoção da mesma, trouxe o início da jornada inclusiva envolvendo todos que fazem parte e são responsáveis pelo educar.

No Brasil, a inclusão social ocorre principalmente por meio de políticas públicas, como por exemplo a política de ações afirmativas com o propósito de eliminar desigualdades historicamente acumuladas e garantir a igualdade social. De acordo com o filósofo Tomas Hobbes se baseia em ato de amor e para as famílias também, e para isso um dos objetivos é essa tratativa com a família.

O Estado do Rio de Janeiro, juntamente com a Lei nº 9.321/2021 aponta avanços em relação ao atendimento educacional especializado que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais/1988 trazendo, ao diálogo a informação e discussão sobre os alunos com necessidades educacionais especiais a fim de traçar adaptações curriculares e estratégias para tal público.

Em Rios das Ostras, cidade litorânea, interior do Estado do Rio de Janeiro, têm crescido a demanda de procura por educação nas redes de ensino para alunos com deficiência. A cidade de Rio das Ostras tem se tornado referência em educação especial e com isso, cidades próximas, como: Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios buscam se informar sobre os investimento feitos na área da educação especial e sobre as diversas salas de recursos em funcionamento com implementação através da criação de um Centro Educacional especializado.

Através do avanço na educação inclusiva de Rio das Ostras, todos saem ganhando: tanto a cidade, quanto as pessoas com deficiência. Nesse sentido, a inclusão é, em um



primeiro momento, tornar a escola acessível a todos, sem discriminação e contemplando pessoas com deficiência. Para isso, é fundamental eliminar as barreiras, utilizando de estratégias pedagógicas, recursos a serem usados e adequação de espaços escolares. Assim, devemos tornar capaz a inclusão e não exclusão do educando visando a não o prejudicar no meio em que vive.

A Inclusão é direito garantido constitucionalmente e em diversas leis e para tal deve ser fiscalizada e incentivada dentro de uma comunidade escolar, até mesmo para facilitar o convívio entre todas as partes, diminuir conflitos, evitar situações de *bullying*, preconceito e discussões-

Se levarmos em consideração o aprofundamento da palavra inclusão, vislumbraremos algo além do importar. A diferença já vem sendo relatada desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que aponta a ideia de valores como a liberdade, justiça, paz, dignidade e igualdade como parâmetros inalienáveis, ou seja, não podem ser comercializados. São inerentes e de extrema vinculação ao indivíduo.

Pode-se entender como um dos conceitos livres, que a Inclusão é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. A escola deve romper com a exclusão e trabalhar essa diversidade como forma de valor inerente ao respeito a todas as pessoas como é relatado na Constituição Federal/1988 garantindo o direito à igualdade a todos. A Declaração de Salamanca de 1994 traz através de uma de suas diretrizes que a orientação inclusiva precisa ser de forma eficaz e capaz de combater a discriminação para com os alunos.

A Convenção de Direito das Pessoas com Deficiência relata que não se trata apenas da educação e sim como um direito fundamental, ou seja, de todos. Assim, a escola deve se importar com todos e não somente aqueles que se adaptem à estrutura apresentada.

É importante dialogarmos os e aprofundarmos sobre a temática da educação inclusiva nas políticas educacionais. Onde os governantes, através de leis e incentivo às leis existentes, cumprem e buscam recursos para a melhoria e avance, com excelência, sobre as formas de ingresso e aplicação de métodos diferenciados e estratégias que levam o aluno a compreensão das experiências vividas.

O agir nas práticas inclusivas e sobre as Políticas Educacionais seguidas pelo



município de Rios das Ostras, bem como a acessibilidade são aplicadas mediante observação em documentos reguladores da educação especial. Na tentativa de diminuir e/ou eliminar as barreiras que impedem a inclusão e participação de todos os alunos, a parceria de todos envolvidos na vida do aluno em busca de resultados significativos de inclusão mais adequados para todos.

Com o objetivo de orientação aos profissionais envolvidos e aos responsáveis, a deve ser criado um portfólio dos alunos contendo diversos pontos como adaptação de currículo, planejamento individual, acompanhamento e estratégias e metas a serem trabalhadas para promover visibilidade das habilidades do aluno e melhoria das suas necessidades na aprendizagem.

Nesse sentido, a questão de pesquisa consiste em como está sendo problematizada o processo de inclusão e de acessibilidade nos documentos internacionais, nacionais e locais (citados nas análises de documentos de Bardin) em busca de responder a esse questionamento apontamos como objetivo geral:

- Compreender o processo de inclusão das Pessoas com Deficiência nas políticas educacionais e na Rede municipal de Rio das Ostras/RJ;

Enquanto os objetivos específicos são:

- Analisar sobre a educação inclusiva e a educação especial;
- Identificar os processos de inclusão a partir de legislações brasileiras;
- Verificar como a rede municipal de Rio das Ostras/RJ está promovendo a inclusão escolar.

A presente dissertação se baseia em analisar sobre melhorias na inclusão das escolas públicas situadas no município de Rios das Ostras/RJ. Sabe-se que a inclusão se dá através de diversas fases como: aplicação, conhecimento, metodologias, recursos, capacitação, estrutura e outras.

A inclusão escolar não consiste em matricular em escolas regulares as crianças com deficiência e sim, em investir em formação continuada de professores, salas de recursos multifuncionais, flexibilização do currículo, adaptação de atividades e atendimento prioritário visando o desenvolvimento do educando.

Neste sentido, para estabelecer uma ação de inclusão deve observar a necessidade de cada aluno, ou seja, que não gozam dos seus direitos básicos, neste caso, o de atendimento



especializado educacional.

A Educação Inclusiva se configura na diversidade inerente à espécie humana, buscando perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

O processo de inclusão e acessibilidade nas escolas públicas vem caminhando de forma lenta mas se tornando cada vez mais conhecido e cobrado pela sociedade e para isso se têm incluído os recursos existentes para preparo e atendimento frente a necessidade de receber os alunos inclusos e suas famílias. Deve-se observar diversos pontos à melhoria das pautas de inclusão e acessibilidade bem como o preparo para lidar com diversas situações que envolva tal tema mesmo sem os recursos apropriados.

A educação especial precisa ser vista de uma forma mais ampla para que se diminuam as distâncias que separam os alunos. Para isso, vários municípios como Rio das Ostras e Macaé que estão localizados no Rio de Janeiro/RJ, já contam com professores especializados e também salas ou espaços de recursos multifuncionais. O professor especialista trará práticas pedagógicas que ajudem a evolução de cada aluno dentro das suas habilidades em busca de promover a aprendizagem que trará resultados mais satisfatórios juntamente com uma prática adequada nas intervenções que orientem o seu trabalho (SANTOS,2020).

Com as metodologias e documentos analisados nesta dissertação, pode se ter certeza em uma melhoria nos apontamentos ligados à educação especial. Uma seara que cresce diariamente mas precisa de muitas vozes para alcançar a igualdade tão sonhada. Assim, a metodologia dessa pesquisa é de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental bem como teórico, dedutivo e explicativo visando o conhecimento e sua aplicação.

Em busca de uma melhor prática educacional, que trará libertação e autonomia para os educandos, observa-se a análise de conteúdo de Bardin (2011) pautando sua base de leitura, aplicação e interpretação dos documentos analisados (descrito no tópico de análise de conteúdo de Bardin), bem como das leis que pautam sobre a educação, que afirmam a necessidade da inclusão. Se analisarmos sobre a educação especial vislumbraremos diversos medos e receios ligados a essa seara enquanto se busca a inclusão através das habilidades e interesses dos alunos.

Acredita que quando essas habilidades são exploradas significativamente, há um



avanço na forma de inclusão das alunos com deficiência. Através de esquemas sociais com os alunos atendidos, se consegue alcançar atividade que necessitam tarefas em grupo ou na parte emocional.

Sendo assim, as barreiras existem para todos, mas através da acessibilidade, que se torna ponto crucial para a inclusão, podem ser rompidas e com isso, minimizar tendências e culturas passadas.

Assim, trataremos um pouco sobre a inclusão através da análise de como se aplica as políticas educacionais inclusivas e quais são os seus desafios, conceitos e reflexões; discorreremos sobre os movimentos em prol da educação especial visando propostas de inclusão e acessibilidade e como ter um espaço acessível na escola.

Serão traçados os critérios teórico-metodológicos e traremos a relação de documentos importantes para a seara da Educação Especial através da análise de Bardim (2011).

2 A INCLUSÃO E A ACESSIBILIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ENTRE RECUOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – COMPREENSÃO DO SABER

O objetivo desse capítulo consiste em discorrer sobre a educação inclusiva e o seu processo de acessibilidade no espaço escolar. Nesse sentido, dividimos o presente capítulo em três momentos: em uma primeira etapa dialogamos sobre a temática da inclusão e a acessibilidade e em seguida refletimos sobre esse processo para o espaço escolar. Assim, vislumbraremos também sobre o site “todos pela educação”, onde relata segmentos e recomendações de políticas de educação inclusiva para os Estados e Governo Federal. Em um terceiro momento relataremos sobre a acessibilidade na escola.

2.1 Inclusão e Acessibilidade

Quando tratamos de incluir imaginamos apenas juntar, agregar, somar... porém, incluir vai além de agrupamento de coisas, seres, pessoas. De acordo com o MEC (Brasil, 2022) em suas diretrizes sobre educação inclusiva, incluir é tornar parte, é trazer para uma unidade, um corpo a mesma condição inerente a todos. Incluir é agregar estratégias e recursos, se



disponíveis, juntamente com imaginação, amor no que se realiza e capacidade para galgar níveis de aprendizagem e ensino visando uma melhora no sistema educacional vigente. A inclusão para ser completa conta com a acessibilidade pois é através desta que se vislumbra o acesso do aluno e sua permanência na Unidade escolar. Mas, o que é acessibilidade? De acordo com a Universidade Federal do Ceará, o conceito remete a acesso, ter acesso é ter, apesar de condições diversas, a possibilidade de chegar ao fim desejado.

Acessibilidade se faz quando saímos de um ponto e percorremos, através da inclusão, da estrutura, do currículo ou de qualquer outra forma que garanta a igualdade de condições, e lutamos por algo que se deseja, ou seja, do objetivo.

A acessibilidade pode ser entendida em alcançar, perceber e compreender bem como utilizar com segurança e autonomia elementos que auxiliem a inclusão. Para Mantoan (2006), se trata do privilégio de conviver com as diferenças e obter lições aprendidas através dessa convivência. Esse é o primeiro passo para a justiça e a igualdade social.

Mantoan (2006) defende que o atendimento especializado não substitui a escola na formação do indivíduo sendo necessária uma parceria entre essas instituições. A parceria deve ser prioridade entre os pares envolvidos como: pais e responsáveis, alunos, docentes, apoio e governo.

Não é apenas o acesso à escola, não somente garantia de vagas, mas uma verdadeira condição de igualdade para que a mesma se torne possível, seja fisicamente, seja de outra forma. Assim, de acordo com artigo publicado na CECIERJ (<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcao-na-contemporaneidade>), a inclusão não se refere apenas as condições de acesso e sim a dignificação do incluído nos meios em que convive trazendo consigo a acessibilidade em diversos locais e estruturas que possibilitem a ação de políticas inclusivas nos condicionamentos acima citados.

Existem diversas barreiras que devem ser e dentre elas podemos destacar as barreiras pedagógicas e atitudinais. De acordo com Moutinho (2014, p. 65) “Pontos negativos foram relatados como barreiras... dificuldade de acesso, barreiras pedagógicas, atitudinais.” Desta forma, o acesso à estratégias de aprendizado como recursos pedagógicos sejam esses jogos, games, leituras, comparações, desenhos, pinturas, podem trazer comportamentos a serem observados para o alcance cognitivo e social do aluno atendido.



Assim, tende-se pensar não só no aparelhamento estatal e governamental para incluir e sim para a manutenção dos alunos nas escolas. Os professores precisam ser incentivados e motivados, através de cursos, estudo de casos concretos, apoio pedagógico de setores de atendimento especializado para que haja essa melhoria na troca de conhecimento. As escolas precisam estar preparadas para receber o público alvo da inclusão a fim de não discriminar ou excluir os diferentes, para tal, grupos de estudos sobre os transtornos e rodas de conversas com profissionais da área, são de extrema importância; os responsáveis precisam ter apoio e orientações para melhor conduzir e dar a continuidade da aprendizagem em casa, isso poderá ser feito pela equipe diretiva e multidisciplinar da escola e município para que sempre seja ponto de soma no desenvolver do aluno.

Assim, intensificar ações que promovam a acessibilidade e principalmente a inclusão é o começo para dirimir obstáculos a frente das deficiências existentes. Além disso, o ponto de vista das pessoas com deficiência, as suas prioridades além de enfatizar que todos os projetos que gerem a acessibilidade levarão a inclusão e assim, a exaltação da igualdade que precisa ser buscada não só para cumprir preceitos constitucionais mas de dignidade e valor humano.

A inclusão nas escolas devem ser prioridade e ter total atenção das autoridades governantes e da sociedade. Deve observar o ambiente escolar e seus espaços, bem como sua estrutura e equipamentos com o intuito de otimizar o acesso para todos.

A lei 10.098, estabelece que acessibilidade é a possibilidade adequada de espaços configurados para que PNE possam usufruir de lugares e equipamentos adequados e meios de comunicação, tendo autonomia assim como qualquer outro cidadão, podendo se sociabilizar com o meio (BRASIL, 2000 p.12).

De tal forma, de acordo com Maior (2017), onde faz referência ao número de pessoas com deficiência no mundo, cerca de 15% da população mundial. Baseando nesse percentua, podemos chegar a conclusão de que há mais de 31 milhões de pessoas com deficiência somente no Brasil.

De acordo com a mesma autora, bem como de dados estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) extraído do senso de 2021 aponta que 8,4% da população brasileira acima de 2 anos – o que representa 17,3 milhões de pessoas tem algum tipo de deficiência. De acordo com esses dados, podemos inferir que no Brasil, as pessoas com deficiência, principalmente as pessoas mais dependentes, eram completamente



confinadas no seio de suas famílias, daí podemos concluir quantas famílias estariam com esta missão de, ao menos no meio familiar, incluir seu ente com deficiência física ou mental.

Hoje, apesar de maiores os números de deficientes, as principais necessidades encontrada nas escolas, ainda não contemplam alguns benefícios trazidos em lei para o acompanhamento mais eficaz dos alunos. As salas de recursos têm como público alvo apenas os deficientes físicos, intelectuais, autistas ou transtornos globais do desenvolvimento e pessoas com altas habilidades.

Aqui, como exemplo, pode-se vislumbrar o Município de Rio das Ostras – RJ que conta com atendimento especializado para os diversos alunos do município que necessitam desse acompanhamento. Desta forma, criou-se o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Padre João Machado Evangelho, além de diversas salas de Recursos Multifuncionais que atendem ao município.

O centro foi idealizado pelo atual governo e pela equipe pedagógica e de educação inclusiva atuante no município. Professoras de sala de recursos lutaram e se envolveram para que se tornasse realidade. A inauguração ocorreu no meado do ano de 2022 e o nome de homenagem é devido ao coração ajudador do padre local, hoje falecido.

O centro conta com diversas atividades diferenciadas e desenvolvidas em salas e ambientes pedagógicos além das salas de recursos que juntos, auxiliam os alunos que estão matriculados na rede de ensino. Isso ocorre porque Rio das Ostras é referência da Educação especial, fazendo com que outros municípios próximos, busquem aprender com os conhecimentos e aplicabilidade de Rio das Ostras. Outro ponto de explicação para um número muito alto de alunos, é que alguns lugares próximos, como Macaé, Barra de São João, Cantagalo, busquem, para os seus filhos, matrículas na Educação Inclusiva de Rio das Ostras.

Os profissionais são orientados a trabalharem com currículo funcional, ou seja, mediante campo de experiências e objetivos que levem a evolução do conhecimento visando a melhor condição de realidade e atualidade para os atendidos. Infelizmente toda a categoria de ensino especializado ainda se concentram em grupos específicos não atendendo estudantes com TDAH, dislexia, dentre outros.

As salas de recursos, fora o Centro educacional, são encontradas nas escolas onde são realizados os atendimentos e contam com alguns equipamentos e jogos a serem usados com os alunos, contam também com professores especialistas capazes de construir estratégias para



auxiliar na vida comum e aprendizagem.

Já o Centro Educacional, conta com estimulação precoce para alunos da creche, além de laboratórios de aprendizagem, cozinha experimental, sala maker, horta, natação e orientação em braile e libras e mobilidade. Para os alunos maiores, o centro educacional oferece atividades que estimulam a vida independente e um plano específico que visa a finalização escolar no Ensino Fundamental.

As famílias dos alunos atendidos também encontram acolhimento e orientações através dos espaços acima citados.

Os profissionais da área contam também com uma equipe multiprofissional e de coordenação para que haja uma estrutura de funcionamento pautado no conhecimento amplo das deficiências atendidas, bem como troca de estratégias visando uma melhor aplicação de recursos e conhecimentos da área.

Todas as estratégias são realizadas com muita dedicação de estudiosos que planejam cada detalhe baseado em movimentos que, durante muito tempo, vem acontecendo e abrindo caminho para uma melhoria em entendimento das áreas a serem atuadas. Para tal, são tratados alguns movimentos importantes ocorridos no Brasil que ajudaram na construção de diversos apoios estruturais e de aprendizado que atualmente se mantêm.

2.2 Os Movimentos Sociais e a Educação Especial: Propostas de Inclusão e Acessibilidade

Os movimentos relacionados a inclusão integrada para pessoa com deficiência surgiram nos países nórdicos em 1969 enquanto se tratavam da segregação e se dava através de manifestações em busca de atividades para todas as etapas de vida das pessoas afetadas por alguma incapacidade ou dificuldade, visando sua adaptação. Apesar da ideia de inclusão ser vista como unir todos dentro de uma mesma sala de forma sistemática e complexa, a verdadeira inclusão visa a não discriminação bem como o alcance de oportunidade por todos. Mas para isso, é preciso que o poder público leve a sério a necessidade de cada aluno bem como o atendimento especializado de forma individual.

De acordo com a explanação da autora Mazzotta (2011), a conquista de direitos pelas pessoas com deficiência, é muito recente mesmo após a independência em 1822, que o Brasil



começou a ter políticas de inclusão de pessoas com deficiência, começando com os cegos e surdos-mudos.

Em 1904, começou a ser instalado os primeiros espaços destinados a crianças com deficiência. Neste sentido, podemos citar – o Pavilhão-Escola Bourneville – no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, para apenas as crianças serem os beneficiados, os adultos continuariam com o amparo apenas de suas respectivas famílias.

A partir daí, no Estado Brasileiro os meios de assistência aos deficientes começaram a se expandir, mais no conceito de recolhimento em abrigos (internatos), apenas pelas organizações não governamentais, ou seja, continuavam à margem da sociedade, continuavam sem assistência inclusiva visando a retirada dos "diferentes" da sociedade, como exemplo podemos mencionar as Sociedades Pestalozzi (1932)¹ e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)² (1954).

Com o surto de poliomielite na década de 50, levou o Brasil a criação dos centros de reabilitação física, baseados nas experiências da Segunda Guerra Mundial (1945), contudo, isto se realizava somente nos grandes centros das principais capitais do país. Com isso, os deficientes continuavam sendo considerados apenas uma parcela da sociedade que não fazia parte nem como integração da mesma, apenas como um custo de manutenção delas dentro de suas próprias limitações.

De extrema importância para o público inclusivo, a Lei 7853/89 assegura direitos básicos como educação e os incute ao poder público em ampará-los de acordo com o Art 2º:

Art 2º: Ao poder Público e seus órgão cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício dos seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho e lazer, à previdência social, ao amparo a infância e a maternidade, e de outros que, decorrentes da constituição e das leis, propiciem seu

¹ A Associação Pestalozzi de Niterói, fundada em 3 de dezembro de 1948, instituição civil sem fins lucrativos e econômicos, reconhecida de Utilidade Pública nos três níveis de governo, destaca-se pela seriedade e competência do seu trabalho em âmbito municipal, estadual e federal.

² A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é uma associação em que, além de pais e amigos dos excepcionais, toda a comunidade se une para prevenir e tratar a deficiência e promover o bem estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência.

³ O BPC-LOAS é um benefício sócio-assistencial pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no valor de 01 (um) salário mínimo mensal concedido ao cidadão que comprove ter uma deficiência de longo prazo que o impeça de trabalhar e manter a si mesmo e à sua família.

- Criado em 1854, pelo decreto n. 1.428, de 12 de setembro, o **Imperial Instituto dos Meninos Cegos** tinha por atribuição ministrar a instrução primária e alguns ramos da secundária, educação moral e religiosa, ensino de música, bem como ofícios fabris.

- Instituto São Rafael é uma escola pública em Belo Horizonte/MG, no bairro Centro. Oferece aulas, cursos livres, cursos de iniciação profissional, cursos de qualificação profissional e educação especial, oferecendo ensino gratuito.



bem estar pessoa, social e econômico (BRASIL, 1989.p.1).

Com a chegada do século XX diversas organizações de atendimento as pessoas com deficiência como Pestalozzi, APAE, foram criadas no Brasil. Estas organizações eram administradas pelas próprias pessoas com deficiência. Assim, trabalhava-se o intuito da solidariedade entre as pessoas que possuíam deficiências em comum. Neste interim, surgiu o movimento associativista dos cegos onde o sistema braile trouxe uma revolução no processo de ensino e aprendizagem, impulsionando a mesma e trazendo melhores condições para uma escrita e leitura mais efetivas. A partir daí, diversas outras associações foram surgindo, como o movimento dos surdos e a introdução da língua brasileira de sinais que se mostrava ávida a trazer uma cultura e identidade da comunidade surda do país.

Com a Constituição de 1988, o Brasil, baseado nos ativismos das pessoas com necessidade especiais que estavam incluídas direta ou indiretamente na assembléia constituinte, reivindicaram na constituição os direitos políticos, civis, sociais e econômicos dos deficientes através de protestos e buscas de direitos. No atual século, mais precisamente em 2009 houve o reconhecimento das pessoas com necessidades especiais através da Convenção dos Direitos da Pessoas com Deficiência que começam a ser incluídas na sociedade de forma individual, com respeito à respectiva deficiência, colocando-as em postos que elas podem trabalhar e tirar seu sustento independente da assistência da família.

Com isso também, o poder legislativo, entendendo a necessidade e busca dos manifestantes, começam a criar leis e decretos para regulamentar na sociedade as pessoas com deficiência, normas trabalhistas determinantes às empresas no sentido de admitir estas pessoas em seus quadros de trabalhos, baseadas em cotas para as grandes empresas e com seus quadros de trabalhadores diversificados. Além das empresas, foi regulamentado a assistência ao Entes Federados para apoio a inclusão em todos os setores da sociedade.

Assim, através de exemplos de famílias atendidas em Rio das Ostras, conhece que a inclusão ainda não é nivelada para o território nacional, pois em cidades pequenas do interior deste Brasil, pessoas com deficiência continuam sem o devido processo de inclusão, sendo apenas respeitadas com suas deficiências, mas ainda longe da tão almejada inclusão, deficientes auditivos e visuais que não são alfabetizadas, ainda dependendo totalmente de suas famílias.



Com isso grandes atrasos e dificuldades, permitindo que estas pessoas ainda não sejam alcançadas pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)³, criada partir da Constituição de 1988, mais precisamente através da lei nº 8.742, que estabelece normas e critérios para organização da assistência social com objetivos para dar assistência a pessoas que devido a suas deficiências não podem se auto sustentar, quando incluídas em famílias com renda per capita insuficiente. Esta lei faz seu objetivo de suprir a família ajuda no sustento.

É necessário o cumprimento de leis que regulamentam a comunicação a divulgação e até mesmo políticas de inclusão, como exemplo a Lei nº 7.853/1989 que cria órgãos de coordenação nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, disciplinando o Ministério Público, definindo crimes e ações da sociedade para corrigir esta deficiência nas políticas de inclusão social dos portadores deficiência e com mobilidades reduzidas. Assim, foi criada ainda Lei para o atendimento prioritário das pessoas com deficiência, como a lei 10.048 de 2000.

Foi criado também o decreto nº 5296/2004 que regulamentou a prioridade no atendimento, como também a regulamentação das acessibilidades nos espaços públicos, edificações, moradias, modais de transporte e de terminais de embarque e desembarque, visando a total inclusão das pessoas portadoras de deficiência.

A Lei nº 10.436/2002 conhecida como a Língua Brasileira de Sinais (Libras) se tornou oficial, tornando-se obrigatório a capacitação de agentes públicos em Libras, assim como autorização para permanecer com cães guias em ambientes públicos, lugares demarcados para assento de deficientes etc.

No que tange a deficiência visual, ao longo da história, as pessoas com deficiência visual, passaram como as demais pessoas com deficiência física ou mental, com uma convivência com as demais pessoas da sociedade com grande discriminação, tendo em vista que estas e aquelas não tinham a mesma evolução de aprendizagem e interação com as demais pessoas, devido a grande dificuldade de suplantar as barreiras existentes no convívio social para esse fim, como as dificuldades de locomoção e educação ou até mesmo no cuidado com a saúde.

Em épocas atuais a sociedade no que diz respeito a educação, o sistema vem melhorando de procurando implementar novas políticas de ensino no sentido de inclusão dos deficientes ao meio educacional e social. Formalizando assim estratégias e



argumentos no sentido de desconstruir muitas formas de pré-conceitos e mitos, seja através de publicidade em revistas, jornais, seja com profissionais em grupos de apoio e divulgação de conhecimento.

Uns dos maiores atendimentos da atualidade, em sala de recursos, se baseia nos alunos com espectro autista onde, caracteriza como um distúrbio no neurodesenvolvimento, levado ao desenvolvimento atípico, déficit na comunicação e interação social e dificuldade no comportamento que se tornam repetitivos e estereotipados. Os grupos de apoio, bem como as escolas, precisam estar capacitadas a conversarem com os responsáveis em busca de atendimentos e dos direitos dos alunos deficientes.

O autismo leva ao atraso no desenvolvimento e necessita de intervenção diária e contínua. Este, se diagnosticado de forma breve, pode ser desde já estimulado em sua cognição e apto a intervenções comportamentais e de apoio educacional que se apresentarão em resultados a longo prazo onde a família entrará como protagonista no melhor desenvolvimento da criança, através da continuidade das diversas terapias necessárias como: fonoaudiólogo, terapia ocupacional, terapia alimentar, professor especialista, neuropediatra e outros.

Uma outra demanda das salas de recursos são as deficiências intelectuais, que perpassa a mais conhecida como síndrome de down que de acordo com a Revista Nova Escola se baseia em uma alteração genética caracterizada por um terceiro cromossomo levando ao funcionamento intelectual inferior à média além de redução do tônus muscular e alguns outros problemas de saúde. Tais crianças, precisam de acompanhamento diário para que desenvolva melhor a cognição e para isso, família, sociedade, escola, professor de apoio e especialistas devem traçar estratégias que visam esse fim.

No aspecto educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-Lei nº 9.394/1996) prevê atendimento educacional especializado, usando-se de recursos pedagógicos específicos individualmente às crianças deficientes, visando atender cada pessoa de acordo com suas necessidades e atenção. No entanto, a LDB ainda necessita de contrapontos e argumentos mais inclusivos para atendimento real de todas as crianças com necessidades educacionais especiais.

Neste intuito, vem também exigindo a preparação e formação de profissionais da educação para bem conduzir a acessibilidade para todos, com formação de professores em



educação bilíngüe e ensino do sistema Braille para os alunos com deficiência total ou parcial da visão, adaptando também todo o material didático, tornando-os acessíveis para esse fim.

A sociedade visa proporcionar a pessoa com deficiência a chance de possibilidade de escolher o que queira fazer ou profissão a exercer, com todos os meios para assim fazer, como acontece com as demais pessoas, permitindo assim a total inclusão, fazendo com que a sociedade não mais discrimine e aceite a todos como iguais, com dignidade, com empatia e sabendo que não serão barreiras que delimitarão as habilidades de cada um.

Os deficientes físicos também se associaram: com isso, surge juntamente a adaptação em esportes e organizações para discussão de melhorias e acessibilidade para os deficientes juntamente com os movimentos políticos das pessoas com deficiência com o intuito de lutar por direitos e conscientizar sobre os movimentos dos envolvidos caracterizando em auxílio mútuo e espaços de convivência para que se fossem debatidos sobre as dificuldades vividas, buscando soluções que ao menos minimizassem as diferenças sofridas vindas com a discriminação.

Após várias representatividades através de federações, grupos e movimentos surge no final da década de 80 o movimento de vida independente que busca a inclusão social e a força de decisões próprias e não atreladas a um representante. Para tal, serviços de informações para que todos pudessem adquirir a autonomia e a independência, pelo menos em atividades diárias, decisões e escolhas, foram pautados e defendidos por esse grupo.

O fortalecimento desse movimento, levou a ONU proclamar em 1981 o ano internacional das pessoas com deficiência sob o tema: “Participação plena e igualdade”. A partir desse movimento, foram apresentadas propostas na área de deficiência como mostra a representatividade abaixo:

Tabela 1- Propostas de Organização e autonomia funcional

DEFICIÊNCIA	RELATOR (A)	PROPOSTA
--------------------	--------------------	-----------------



		confederação que atendesse a todas elas; Manutenção da Coalizão Nacional e sua permanência, mas com autonomia para organizar-se. Entidades nacionais com autonomia para aceitar filiações de todas as áreas.
Deficiência física	Cláudio Vereza	As pessoas reunidas não chegaram a um consenso trazendo assim a defesa da organização nacional com a eleição de delegados seriam responsáveis por criar um Conselho Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes com a finalidade de juntar as áreas para discussão de quesitos em comum. Outra proposta foi pela integração social na sociedade com a representação das áreas de deficiência.
Deficiência auditiva	Ana Regina Campello	O grupo defendeu encontros estaduais por área de deficiência e a escolha de dois delegados para o Encontro Nacional de Delegados, pois os mesmo não se julgavam aptos a organização nacional devido a não possuírem muitos adeptos a causa.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Os movimentos relacionados a vida independente se uniram a algumas parcerias e centros com o objetivo de assegurar o ajustamento social através do bem estar das pessoas com deficiência, cursos, palestras, atividade voltadas a conscientização e intercâmbio com diversas organizações para troca de experiências e lidas em comum.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira, de 1988, temos: igualdade perante a lei e isso garante, por si só, a inclusão das pessoas com deficiência em escolas públicas e em outros tipos de atividades. No demais, é garantido a prevenção das doenças que possam levar



a deficiência e também o direito de reabilitação caso haja equipamentos e condição para tal.

A Constituição também garante o direito à educação básica e profissionalizante obrigatória e gratuita e que todos são responsáveis em garantir para a educação das pessoas portadoras de deficiência, por causa dessa obrigatoriedade, em seus respectivos orçamentos, o mínimo de 10% do valor que constitucionalmente for destinado à educação e livre acesso a edifícios públicos e particulares de frequência aberta ao público, a logradouros públicos e ao transporte coletivo, para diminuir os obstáculos que impedem a inclusão e utilização dos locais públicos, por pessoas deficientes.

Cabe também ao poder público, o esclarecimento junto às instituições de ensino, às empresas e às comunidades, quanto à importância de prevenção de doenças ou condições que levam à deficiência e informações a adaptações necessárias para as pessoas portadoras de deficiências.

Com o Comitê Nacional para educação especial, foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) que foi criada pela Lei 7.853/89, integra a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, com atribuição estabelecida em seus artigos 10 e 12 e mantém o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência. que apesar de muitas dificuldades, passaram a realizar diagnósticos buscando atender a realidade do sistema nacional para a prevenção de deficiências, atendimentos da população mesmo não possuindo recursos para integração social, profissional e outras. Também foi criado o Conade, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) é um órgão superior de deliberação colegiada, criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidos a esse grupo social.

O Conade faz parte da estrutura básica do Ministério dos Direitos Humanos e vem com o objetivo de estudar sobre a educação especial e buscar solucionar seus problemas através de ações conjuntas para o aprimoramento da educação inclusiva bem como a integração na sociedade das pessoas com deficiência.

Já no século XXI, a defesa dos direitos humanos, em especial as pessoas com deficiência; ganhou grande força e aliados; apesar de muitos desafios, foram constatadas diversas conquistas.



Os avanços na área das pessoas com deficiência são visíveis, em termos orçamentários, institucionais, de participação social, no marco legal e de integração entre os ministérios. O Decreto da Acessibilidade, a Lei do Cão Guia e a ratificação da Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência são os destaques no marco legal (Convenção da ONU, 1981 p. 48).

Assim nasce a era das lutas pelos direitos e pela dignidade da pessoa humana no intuito de caracterizar a dignidade da pessoa com deficiência. Surge a convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) versa sobre os direitos das pessoas com deficiência,

buscando a visibilidade e a igualdade de oportunidades e a agenda social para fomentar essa inclusão com intuito de eliminar todas as formas de discriminação e garantir a cidadania e os serviços essenciais.

A Convenção da ONU tem por diretrizes proteger e assegurar os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade. Desta forma, os Estados devem se comprometer para promover, sem discriminação, o exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais com medidas legislativas e necessárias para os programas de políticas públicas, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias assistivas.

No ano de 2005 surge a consciência de utilização de uma linguagem específica para os deficientes auditivos, assim, traz, a Língua Brasileira de Sinais como uma primeira língua, seguida do português, para o aprendizado de pessoas com essa deficiência.

[...] a Língua Brasileira de Sinais (Libras), meio legal de comunicação e expressão, é incluída como disciplina curricular; simultaneamente, é prevista e certificada a formação de professores e instrutores e garantida a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa; dados do Censo Educação Superior/2008 (INEP/MEC) demonstram que a disciplina de Libras foi ofertada em 7.614 cursos superiores; foram formados também 2.401 docentes para o ensino da Libras e já existe um total de 2.725 intérpretes à disposição de alunos surdos ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2005, p, 100).

Surge a consciência em relação aos deficientes visuais bem como gama de direitos, como por exemplo a utilização de cão guia em utilitários públicos.

Garantido à pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo



(coordenação SDH) 2007: Regulamentada a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios; o Brasil é o primeiro país do ocidente a reconhecer essa ação como violação de Direitos Humanos; foi instituída a Comissão Interministerial de Avaliação dos requerimentos de indenização; 4.389 pessoas já foram beneficiadas com a pensão, de dezembro de 2007 a dezembro de 2009 (BRASIL, 2009, p. 100).

Analisados os dados acima pode-se vislumbrar a necessidade de espaços de acessibilidade para as pessoas com deficiência. A acessibilidade faz parte do processo de inclusão para que iguale aos que tem desvantagens. Assim, a adequação dos espaços escolares é essencial para a participações dos alunos deficientes e alcance, percepção e utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários e equipamentos.

2.3 A Acessibilidade na Escola e o seu Processo de Inclusão

Ao falarmos de inclusão e acessibilidade e os desafios a serem alcançados, bem como os recuos percebidos que atrasam a evolução dos alunos inclusos, propomos esse panorama da acessibilidade nas escolas, principalmente no município de Rio das Ostras.

Apesar de algumas escolas não possuírem muitos recursos materias, financeiros, dentre outros, muito se tem falado e buscado em incluir e ter um espaço inclusivo, seja na própria escola, seja em polos específicos, e coordenação preparadas para tal fim.

A educação especial tem ganhado aliados em suas lutas. Diversos municípios já contam com professores de apoio, auxiliares educacionais e em alguns casos, sala de recursos multifuncionais. Neste sentido haja uma real inclusão, faz-se necessário conhecer o que cada espaço, inclusivo ou ainda não, possui de recursos e atividades.

Alguns passos também são importantes para melhor conhecer a realidade de cada localidade: a apresentação dos que necessitam de inclusão bem como uma anamnese e reunião com os pais interessados podem levar a uma conclusão das verdadeiras necessidades locais. A integração escolar entre a comunidade, funcionários das escolas e o conhecimento do plano escolar, também são de extrema importância para o atendimento especializado.

Para que as pessoas com deficiência sejam incluídas e se sintam como tal, alguns quesitos precisam ser observados: A escola ou espaço inclusivo necessita ter um professor especializado para que possa ser elaborado e executado o planejamento onde se definirá o cronograma de atividades relacionadas a cada estudante, atendendo a necessidade e elevando



suas habilidades para que gere o enriquecimento do seu currículo escolar.

Outra estratégia que pode ser aplicada nas escolas consiste na organização das estratégias e recursos acessíveis para os estudantes com necessidades especiais. O acompanhamento do uso desses recursos, a articulação com os envolvidos direta e indiretamente nesse aprendizado e a orientação aos mesmos sobre as funcionalidades desses recursos disponíveis, bem como a interface com outras áreas, levarão ao aluno a verdadeira inclusão a qual buscamos trazer para a realidade das escolas de hoje.

Ademais, para se incluir deve-se observar:

Tabela 2- Observação da Realidade Escolar

PASSOS	CARACTERISTICAS
1º	Estudar a base da inclusão e o for necessário para sua aplicação como: formulários, leis, regulamentos, documentos específicos da educação especial, LDB, ECA, dentre outros.
2º	Observar o espaço. Tanto os alunos e suas respectivas deficiências, quanto o acesso que eles terão à esse recurso: se a sala possui acessibilidade, se possui pessoas especializadas, apoio em diversar áreas, materiais que atendam às diversas necessidades educacionais.
3º	Iniciar os atendimentos aos alunos inclusos através de avaliações iniciais e reunião com os responsáveis a fim de melhor entender cada caso e as possibilidades dessa inclusão. Orientar a família e levar a mesma a necessidade de continuidade de tratamento, faz com que os alunos sejam incluídos a todo momento e espaço onde convivem. A inclusão não se deve apenas ser realizada nos espaços inclusivos e sim em todos os espaços no qual o aluno frequenta e passa. De tal forma a acessibilidade precisa ser alcançada em diversos espaços para que a pessoa com deficiência não se sinta excluída em nenhum momento. Um prédio acessível, salas, banheiros, calçadas, ruas, entradas e tudo que remeta a dignidade de todas as pessoas,



	<p>em casa com rotinas, seja em espaços de inclusão, seja em momentos e espaços de lazer e convivência. Os alunos inclusos, precisam se sentir donos dos seus próprios espaços e para isso e para obter melhores resultados, um espaço ou uma atividade ou até uma pessoa não deve invadir o espaço da outra para que não gere mais conflitos e ansiedades.</p>
5º	<p>O contato entre toda equipe envolvida nessa inclusão e acessibilidade devem ser preservados a fim que se conheça melhor cada aluno e como cada um precisa ser atendido. Ex: um aluno com deficiência de locomoção, não deve ser atendido em um prédio de segundo andar onde possui apenas escadas. Assim, conhecer cada aluno e sua verdadeira necessidade, se torna básico para uma boa inclusão.</p>
6º	<p>Todo cuidado com as informações pessoais devem ser observada. Os profissionais envolvidos nas escolas e espaços inclusivos que tiverem acesso às informações, devem ser discretos, profissionais e não compartilhem com os não envolvidos para que não haja mais estigmas sobre os alunos inclusos. É importante a preservação de cada estudante ou pessoa inclusa para o sucesso de atividades e diversas formas de inclusão.</p>
7º	<p>Saber qual o objetivo real de cada investida para a realização da inclusão; colher informações, avaliar, obter um plano educacional individualizado levarão à gerência de relatórios que poderão ser usados para melhoria no atendimento de cada aluno.</p>
8º	<p>Participar ativamente das decisões que levam a inclusão a diversos espaços: saber sobre inclusão dentro e fora dos espaços escolares melhoram significativamente a ideia a ser alcançada que é a dignidade da pessoa humana, sua acessibilidade e autonomia que poderão levar a inclusão real dos envolvidos, sejam através de suas necessidades, sejam através de suas habilidades.</p>
9º	<p>A parceria com a família não pode em hipótese nenhuma ser ignorada. É através da família e da convivência diária, que saberemos quais limites são impostos, quais incentivos e toda e qualquer informação</p>



	de recurso, espaços inclusivos e acessíveis. A família precisa ser o primeiro ponto de apoio e inclusão e buscar conhecer sobre a necessidade dos seus para que o mesmo se sinta incluído no meio de convívio. É importante que haja troca de experiências e informações da família com os espaços inclusivos na melhoria de conhecimento sobre forma de agir, habilidades, e até de espaços acessíveis aos alunos que possam ser frequentados juntamente com seus responsáveis, irmão e demais familiares.
10º	Trabalhar a inteligência emocional também se faz fundamental para o melhor desenvolvimento dos alunos inclusos: autocontrole, autoconhecimento, positividade... ajudam ao avanço dos alunos a se sentirem mais inclusos no meio de convívio bem como a ação reflexiva onde será avaliado o que está sendo bom, o que está funcionando ou não para a ajuda desse aluno.

Fonte: Mazzonetto, 2019 p.98

Com relação ao histórico de vida de cada um, com os relatos familiares, diagnósticos clínicos e observação, pode vir a cada dia, uma evolução, seja esta em qualquer esfera: psicomotora, emocional a fim de ser somado aos trabalhos realizados a cada pessoa com necessidades especiais que necessita da inclusão.

A inclusão se inicia com a aceitação das necessidades do aluno e a busca por desenvolver suas habilidades. A roda de conversa com os responsáveis é perfeita para descobrir um pouco sobre o aluno, saber quem ele é, o que gosta e o que não gosta e outros pontos que auxiliarão para que ele se sinta incluído ao meio. Após a família, a roda de conversa com o mesmo, caso já consiga se expressar, também é de grande relevância. Saber seus interesses, o que deseja aprender, como gostaria de aprender, leva a um grande avanço e seu desenvolvimento.

O preparo dos temas segue a roda de conversas. Após se relata tudo em registros ou sondagens e começa a realizar atividades para descobrir habilidades que as vezes não são citadas por falta de conhecimento dos responsáveis e até das próprias crianças: desenhos, jogos, e outros, que os mesmos escolhem para saber quais são suas preferências. É importante saber lidar com a perda e frustrações pois alguns alunos inclusos recebem tratamento de super



Assim, os alunos devem aprender sobre o não, sobre perder, sobre não conseguir tudo que deseja e até sobre conseguir, pois podem ter o efeito reverso por parte da família e sociedade.

O objetivo da inclusão, além da dignidade e maior autonomia, é levar a criança a superar suas necessidades, elevando suas habilidades. Levar a uma comunicação, se possível, levar a um autocuidado, a uma melhor vida no lar, à interação afetiva, social, familiar, à descoberta e firmamento de relacionamentos, à descoberta de novas habilidades, melhores desempenhos, independência na locomoção, ao alcance de uma vida mais saudável e segura, ao desenvolvimento de habilidades acadêmicas e ao lazer.

Para tal, avaliar as estratégias, identificar as barreiras, impor metas, planejar, acolher, gerar adaptação curricular para tornar o conteúdo mais acessível e com observações relevantes, intensificar na necessidade do apoio com atendimentos especializados levarão a inclusão e por consequência a uma melhor aprendizagem que se dará pelas reduções das necessidades e visibilidade das habilidades já inerentes e as que serão alcançadas pelos alunos.

Assim, a educação que cumpre todas as diretrizes necessárias para inclusão e acessibilidade, mesmo sem muitos recursos, poderá se encaixar em um currículo inclusivo. As escolas que possuem acessibilidade e recursos de inclusão, principalmente profissionais dispostos a trabalharem de forma inclusiva, serão consideradas espaços de inclusão. Porém, é necessário o mínimo para ser parte dessa realidade.

De acordo com a Comissão de Direitos Humanos do Senado votou, por exemplo, a obrigatoriedade do ensino da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) em todas as etapas da educação básica, no Brasil. Tal obrigatoriedade se encontra em um projeto de lei que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e traz que toda escola, seja pública ou privada, deve oferecer Libras para todos os estudantes surdos de acordo com condições definidas dentro do próprio sistema de ensino, trazendo professores bilíngues, tradutores e intérpretes além de recursos facilitadores da comunicação e acesso ao aprendizado por todos os interessados em aprender a Libras.

O principal apoiador dessa nova Lei é o deputado Romário que reconhece a Linguagem de Sinais como uma forma de comunicação e expressão de importante passo de



O [Decreto 5.626, de 2005](#), prevê a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério.

A Lei Brasileira de Inclusão bem como o Estatuto da Pessoa com deficiência incluem sobre a necessidade dos governos em fornecer a educação bilíngue em escolas inclusivas para trazer a capacidade de comunicação. Quanto as estratégias a serem aplicadas, a lei tem trazido que: .

“As pessoas surdas ou com deficiência auditiva significativa, como menciona o autor, mas também as pessoas com deficiências de comunicação, como mutismo e mudez, têm na Libras uma ferramenta importantíssima para participar da sociedade, mas

dependem da difusão desse conhecimento para que a sua comunicação seja eficaz”
— disse Paim ao recomendar a aprovação da matéria (BRASIL, 2000, p.68).

Podemos considerar que no Brasil atual, a inclusão dos deficientes visuais estão cada vez mais presentes no ensino regular, mas não podemos deixar de considerar que o Brasil é de dimensões continentais, existindo grandes localidades que as política governamentais não chegam como nos grandes centros e nas capitais por exemplo, nas regiões Norte e Nordeste existem muitas localidades em que o ensino ainda não dá a devida atenção aos deficientes visuais. Quanto ao sudeste, o Ministério da Educação têm aplicado diversas parcerias em busca de uma maior inclusão , por meio das políticas públicas e da Secretaria de Educação continuada, trazendo livros de acessibilidade para comunidade com baixa visão.

Ainda hoje, mesmo com a inclusão gradual dos deficientes visuais no meio social, ainda persistem muitas barreiras para o pleno sucesso desta política, como uma maior adaptação nos meios de transportes para esse fim, devido ao atendimento apenas em prédios públicos de ensino regular, caracterizando a dificuldade na locomoção dos deficientes visuais de suas residências aos prédios de ensino.

Outras barreiras a serem vencidas são as conquistas de novas políticas de facilitação ao acesso ao pleno convívio social com todas as possibilidades de mostrar e dar opção para o desenvolvimento dessas pessoas nas suas potencialidades de aprendizagem e evolução de se



A partir do Século XVIII começa a haver a tentativa de se incluir estas pessoas no convívio social, devido ao descobrimento gradativo das causas da cegueira, atrelando apenas ao conceito de saúde da pessoa, com isso começa a se preocupar a sociedade com o tratamento e prevenção da deficiência visual em todos os seus sentidos.

No âmbito nacional ainda no Império através de decreto imperial foi criado o Instituto de Meninos cegos (1854) e inaugurado o Instituto São Rafael (1926). A educação especial que fazem parte os deficientes visuais também vem sendo implementado através de decretos, visando garantir o suporte educacional, garantindo a matrícula e a permanência no ensino regular. Sendo implementadas salas de Recursos Multifuncionais buscando possibilitar a plena participação dos alunos com deficiência visual nas atividades escolares.

Quanto a acessibilidade nas políticas curriculares, pauta-se através do respeito às diferenças e diversidade humana. O público alvo no Brasil, que foi deixado à margem por muito tempo, hoje é orientado pelo avanço no desenvolvimento das políticas da Educação Especial em um perspectiva mais inclusiva.

Os professores têm sinalizado dificuldades para abordar assuntos de maneira adaptada para as peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento na atualidade, bem como diversas barreiras para a efetivação da educação inclusiva, seja por informação suficiente dos professores, seja por necessidade de articulação com o ensino especializado. Para Zulian, 2015:

Formação insuficiente dos professores, necessidade de articulação entre os professores do ensino regular e do ensino especializado, dúvidas e melindres quanto às melhores formas e estratégias para trabalhar com o aluno com deficiência em sala de aula; baixos salários, falta de apoio pedagógico, infraestrutura inadequada e condições de trabalho precárias (ZULIAN, VEDOVATTO E SILVA, 2017.P3).

Assim, é necessário a formação continuada dos professores e profissionais da educação em uso de tecnologias, preparando para o desenvolvimento de metodologias ativas de aprendizagem para que seja garantida a eficácia das políticas de educação especial e inclusiva. Neste contexto, o professor se torna mediador e motivador na exploração, pesquisa, e reflexão das ideias dos alunos.



Outro aspecto importante a se relatar é sobre a inclusão e a acessibilidade na formações dos professores. Para que haja atendimento às necessidades dos estudantes, novas ações e recursos devem ser investidos e requisitados na qualidade dos profissionais da educação. Assim, as universidades precisam propiciar espaços de troca e escuta para melhoramento em estratégias de abordagem aos alunos especiais. O professor precisa ser preparado com formação inicial e continuada que de acordo com Souza e Silva (2005) se torna urgente a qualificação profissional para atuar com os alunos especiais, pois os mesmo têm papel fundamental na função social e desenvolvimento de habilidades que se refletirão no ensino e as abordagens educacionais e inclusivas.

Segundo Mantoan (2003) os alunos aprendem de acordo com seus limites o ensino deve ser de boa qualidade para que possa aproveitar e explorar as possibilidades de cada um. Para tal, a educação inclusiva se autua na elaboração, identificação e recursos pedagógicos mas sem substituir a escolarização.

A formação continuada aprofunda o atuar, as práticas de sala de aula, os centros de atendimento especializados, os núcleos de acessibilidade, os ambientes domiciliares, hospitalares e de recursos com objetivo sempre na educação especial e com condições de espaço e comunicação para a promoção do aprendizado.

De acordo com Costa (2010a, p. 531),

A formação dos professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades de educacionais (Costa, 2010 p.531).

A formação continuada fortalece as práticas pedagógicas e a troca de experiências bem como desenvolve nas interações de alunos com a mesma busca do saber e do agir e das angustias e inseguranças para uma boa atuação.

Infelizmente na prática se apresenta diversas dificuldades sejam na estrutura, na orientação do fazer ou não, na compreensão dos colegas de profissão e demais envolvidos no seio educacional.

É através do conhecimento que se pode adquirir a prática e segurança no desenvolver das atribuições que levarão ao desenvolvimento das diversas habilidades inerentes no



Visando um melhor resultado, deve se observar quais habilidade a fim de saber as estratégias usadas para cada caso: Habilidades na comunicação, seja receptiva ou expressiva podem ser trabalhadas através de cantigas de roda, textos de memória, trava língua, filmes, livros, imagens dentre outros que possam atender da melhor forma cada case, aluno e faixa etária; habilidades de autocuidado podem ser trabalhados através de faz de conta e rotina; habilidades sociais por música, mímica, leitura compartilhada, jogos; habilidades acadêmicas com compreensão, expressão criativa, através de sensorio motor em materiais lúdicos dança, fantoche... para isso, os alunos devem possuir portfólios relatando suas habilidades e quais as necessidades devem ser alcançadas. Lembrando que cada um reagirá e se desenvolverá no seu tempo e esse trabalho é de “formiguinha”, ou seja, aos poucos e através de registros, pode vislumbrar um desenvolvimento ou não de cada estudante.

Para uma melhor aplicabilidade de todos esses conceitos e desafios, devem ser observadas quais as metodologias a serem aplicadas; a forma qualitativa se apresentará de uma forma mais acertada pois acima da quantidade, visa a qualidade das diretrizes inclusivas. É claro que deve ser para todos, porém, de forma qualitativa. Assim, estudaremos a seguir sobre a metodologia qualitativa a fim de melhor entender os recursos plausíveis de inclusão e acessibilidade.

3 TEÓRICO–METODOLÓGICO

Uma forma bastante interessante de se destacar sobre os reflexos na atualidade educacional pode ser visualizados através da análise de conteúdo de Bardin (2011) onde busca analisar os documentos através de uma leitura geral nas leis relacionadas `Educação Especial, sejam internacionais, nacionais ou locais e como se planeja a aplicação prática desse conteúdo e suas benéficas e contradições para ao final, através de um interpretação ampla da análise feita, se obtenha a criticidade na aplicabilidade dos conceitos adquiridos.

3.1 Recurso Metodológico

A pesquisa é baseada na metodologia qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental



3.1.1 Metodologia Qualitativa

A metodologia aplicada é a qualitativa que se trata de uma abordagem que estuda os aspectos subjetivos, ou seja, o comportamento humano onde seus objetos são determinados através de tempo, local e cultura sendo utilizadas perguntas chaves, visando a melhoria da qualidade na compreensão do tema. Tais perguntas foram realizadas com pessoas diversas, pois se baseia na maior compreensão e prática da mesma que em sua forma indutiva juntamente com o diálogo com profissionais da área visando além das evidências concretas, a análise de elementos de forma crítica.

Para Denzin e Lincoln (2006) o termo qualitativo se refere a:

Uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos que não podem ser examinados ou medidos experimentalmente em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. Já os estudos quantitativos enfatizam o ato de medir e analisar as relações causais entre variáveis, e não processos (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 89).

De acordo com Richardson (1999) não importa o tamanho da pesquisa em termos numéricos, ou seja, em quantidade, desde que haja profundidade no estudo realizado:

O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno” (RICHARDSON, 1999, p.102).

Quando se traz a pesquisa qualitativa, a compreensão do fenômeno social deve ser observada e aplicada na realidade buscada através de entrevistas de conscientização visando o objetivo das mesmas para as análises esperadas.

3.2 Pesquisa Bibliográfica Pesquisa

Outro ponto de inclusão nesta dissertação é a pesquisa bibliográfica remetida sobre assuntos pertinentes ao tema retirada de livros, documentos, leis, internet, documentos escolares e nacionais ligados à área e conversas com pessoas interessadas com pautas anteriores aplicadas as atividades para o mestrado.

Os relatos foram pautados para serem aplicados a esse trabalho e resumidos de formas



fragmentos de códigos foram utilizados para utilização e comprovação do saber que segundo Cervo (1983, p. 55) a pesquisa bibliográfica:

Busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado, tema ou problema. (Cervo, 1983, p 55)

Através das análises em livros e demais documentos pertinentes ao campo de estudos, poderá se compilar trechos comprobatórios e referenciais que acordem com o tema, trazendo a busca da solução ou reflexão para o problema apresentado.

3.3 Pesquisa Documental

Quanto ao estudo através de pesquisa documental, consiste analisar o estudado, organizar os documentos e refletir sobre os resultados sendo definidos os objetivos da pesquisa e quais perguntas devem ser respondidas a partir da análise dos dados obtido

reunindo em uma ordem lógica capaz de encontrar os fatos acontecidos, fontes, instrumentos e documentos pertinentes ao assunto.

O documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008: 295).

A pesquisa documental pode ser utilizada para conceituar, caracterizar, discutir conceitos, demonstrar procedimentos abordar documentos em busca de um objetivo, organizar pesquisa e investigar. Para Gauthier (1984: 296): Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida com a finalidade de uma investigação como descrita por Pimentel (2001) .



São descritos os instrumentos e meios de realização da análise de conteúdo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas quanto às técnicas de manuseio de documentos: desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise (PIMENTEL, 2001, p. 179).

Quando se pensa em uma pesquisa ou dissertação, alguns pontos devem ser observados para uma melhor organização e eficiência da compreensão. É necessário método de pesquisa que se trata de um dispositivo ordenado e sistemático, ou seja, um planejamento geral do que se pretende abordar. Da mesma forma a aplicação desse plano e sua forma de execução somam para a resolução da problemática. Gauio, Carvalho e Simões embasam tal afirmativa:

É pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO; CARVALHO; SIMÕES, 2008: 148).

A análise documental pode ser instituída como:

Conjunto de técnicas de investigação científicas utilizadas em ciências humanas, caracterizadas pela análise de dados lingüísticos. [...] Normalmente, nesse tipo de

análise, os elementos fundamentais da comunicação são identificados, numerados e categorizados. Posteriormente as categorias encontradas são analisadas face a um teoria específica (APPOLINÁRIO, 2009: 27).

Assim, a pesquisa documental, é um procedimento metodológico que visa reunir fontes, em sua maioria escritas, realizando esse trabalho de investigação, buscando uma verificação de dados, histórica, permitindo inferências e conclusões pautadas nesses dados para produzir novos conhecimentos e formas melhores de compreensão e reflexão através da problematização de suas hipóteses de conhecimento.

Quadro 1- Documentos Internacionais

Documento	Nome do Documento
Declaração de Direitos Humanos/1948	Direitos Humanos
Declaração de Salamanca / 1994	Educação inclusiva
Convenção de Guatemala 1999	Resolução sobre pessoas com deficiência no



Quadro 2 – Documento Nacionais

Documento	Nome do Documento
CF (1988)	Constituição da República Federativa do Brasil
Lei nº 7.853/89	Lei de política nacional para pessoas com deficiência
ECA (Lei 8069/90)	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDBEN (Lei nº9394/1996)	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Lei 13005/2014	Plano Nacional de Educação
Lei 13146/15	Estatuto da Pessoa com Deficiência
Resolução 05/2019	Diretrizes curriculares nacional Ed. Infantil
Resolução 02/2021	Diretrizes curriculares nacional Ed. Especial

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Quadro 3 – Documentos Locais

Documento	Nome do Documento
Emenda 41/2018	Lei Orgânica de Rio das Ostras
Lei 2291/2019	Plano Municipal de Educação Rio das Ostras
Lei 8877/2020	Plano Estadual de Educação do Rio de Janeiro
Resolução 37/2020	Normas de Ingresso na Educação da Rede de Rio das Ostras

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Quanto aos objetivos se trata de uma pesquisa descritiva onde a coleta de dados foram a maior parte para a solução do assunto. Visa observação onde se analisa interrogando desejos, opiniões e necessidades registrando a interferência sobre os dados coletados, interpretando-os sem interferir nestes mesmos dados.

A partir de todo contexto acima deve-se observar a real aplicação de meios eficazes para o melhor aproveitamento de recursos em educação especial e acessibilidade. Assim, faz-se necessário conhecer sobre a história da educação especial na sociedade e suas influências e movimentos no país e no mundo, como a mesma contribuiu e contribui para a melhoria,



atuação e incorporação no meio educacional.

Sendo assim, torna-se necessária a análise da Declaração de Salamanca bem como outros institutos mediadores, como leis da educação especial e acessibilidade, LDB e quais autores apoiam a causa ou suas melhorias e criticidades. Analisar a inclusão através de libras, braile ou outros métodos de facilitação da aprendizagem ou interpretação da mesma e como esse processo se encontra realizado nas escolas e instituições de ensino, como se dá sua incorporação e valorização.

Necessário é analisar também sobre o conceito de acessibilidade e qual a aplicação e entendimento dos autores e dos leigos para um profundo aprendizado e acesso efetivo na busca da melhoria educacional. Parta tal, o aprofundamento da metodologia aplicada relacionada com os documentos analisados buscarão o entendimento para sua eficaz aplicabilidade trazendo como consequência uma melhor educação especial e com maior acessibilidade.

3.4 Documentos Analisados em Diálogo com a Educação Inclusiva

Neste íterim Laurence Bardin (2011) trás, em seu método de análise de conteúdo,

uma poderosa ferramenta de observação de cada documento, qual sua ligação à Educação Especial, como pode ser vislumbrado e qual profundidade de colaboração será utilizado para uma melhor compreensão de como agir com as famílias, nas escola, na sociedade e, principalmente, com os alunos portadores de deficiência e público alvo da Educação Inclusiva.

Para Bardin (2011) a análise de conteúdo visa observar os aperfeiçoamentos e as aplicações, abusivas ou acertivas, de uma prática que funciona há muito tempo, mas também é observar suas condições nas ciências humanas e trazer clareza as relações com disciplinas vizinhas pelo objeto ou método.

Bardin (2011) compreende uma análise minuciosa sobre o objeto estudado através de três etapas: na primeira, a pré análise, relata a leitura de documentos relevantes ao estudo. Esses documentos serão analisados, confrontados, escolhidos e levantado formulação de



hipóteses e objetivos como segunda fase que se revela na exploração do material adquirido. A terceira fase trata-se das inferências resultados e interpretação que trará o enfoque na busca de solucionar ou revelar os objetivos.

Assim, observa-se a necessidade da utilização das análises documentais baseadas na metodologia de Bardin, para melhor exemplificar e entender, da importância dos documentos relacionados para o crescimento e aplicação de uma educação inclusiva mais plausível e em busca de grandes melhorias e aplicabilidade acertada.

4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A ACESSIBILIDADE SOB A PERSPECTIVA DE UM ACERTO OU DE UMA PERDA

O objetivo desse capítulo consiste em apresentar os dados coletados obtidos a partir da análise documental. Dessa forma, dividimos em dois momentos: em uma primeira etapa analisamos acerca das orientações feitas nos documentos relatados sobre educação especial, sua aplicabilidade e acessibilidade; em segunda refletimos sobre os recursos, recuos e desafios que a educação especial bem como a acessibilidade estão enfrentando no atual contexto e nas instituições de ensino.

De acordo com Chiavenato (1999, p. 121), Responsabilidade Social é o grau de obrigações que uma organização assume através de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade à medida que procura atingir seus próprios interesses que se relaciona com os valores. A inclusão das pessoas com deficiência é fundamental para a organização, tanto pela responsabilidade social quanto pela aprendizagem da equipe e por respeito a esse público, pois trás a dignidade humana e aceitação por meio de outras pessoas que não conhecem a inclusão e assim julgam os deficientes.

A resolução CNE/CP nº 4/2010 atribui que deve se estabelecer com o professor de atendimento especializado sobre os recursos e acessibilidade para a promoção da participação dos alunos. Tal participação deve ser efetiva, eficiente e buscar a melhoria dos inclusos e a garantia de compreensão de todos.

Segundo Correia (2008) a atuação profissional na educação inclusiva necessita de:



Uma formação específica de educadores, professores e auxiliares, que lhes permita perceber minimamente as problemáticas de seus alunos e que tipos de estratégias devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias no fazer docente e nos processos de aprendizagem (CORREIA, p. 28, 2008).

Nesse sentido, para estabelecer uma ação de inclusão social, primeiramente é necessário observar e identificar quais seriam aqueles que estariam sistematicamente excluídos da sociedade, ou seja, que não gozam dos seus benefícios e direitos básicos, como saúde, educação, emprego, renda, lazer, cultura, entre outros.

O papel do professor frente a esse desafio não pode ser de uma visão de ensino onde todo o esquema prático de trabalho seria desfeito pelo novo pensar em educação, contrário a isso; deve-se ver as inovações educacionais como um desafio positivo partilhado com seus alunos recursos didáticos-pedagógicos e a construção e coautoria de conhecimentos produzidos em sala de aula, participando ativamente da caminhada do saber.

Há décadas, os professores não estão preparados para lidar com a diversidade que se manifesta em turmas de alunos inevitavelmente heterogêneas, os cursos de formação pouco se modificaram (CRUZ; GLAT, 2014. P.259).

Abaixo pode-se vislumbrar alguns apontamentos de importantes autores e educadores regulamentadores da área de Educação Especial:

Os novos movimentos sociais, dentre os quais o movimento político das pessoas com deficiência, saíram do anonimato e, na esteira de abertura política, uniram esforços, formando novas organizações, articularam-se nacionalmente, criaram estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de direito (LANNA JUNIOR, 2010, P.35).

Com o conhecimento dos direitos e das leis e com o aumento de pessoas capazes a buscar a justiça para estabelecer o que está escrito nas leis, diversos movimentos se tornaram mais conhecidos e com abertura a serem utilizados em busca de uma melhor estratégia para reivindicar e alcançar as oportunidades aos atendidos da educação especial.

Dessa forma, as sala de recursos multifuncionais, atendimentos periódicos em locais especializados, acompanhamentos em sala de aula e fora dela se tornaram mais acessíveis e com maior frequência:



A atuação no atendimento educacional especializado aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação em salas de aula comum do ensino regular, nas salas de recurso, nos centros de atendimento especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições, nas classes hospitalares, nos ambientes domiciliares, para a oferta de serviços e recursos da educação especial (BRASIL, 2008, p.11).

Assim, o Ministério da Educação distribui material como jogos pedagógicos, livros em braile, recursos financeiros a serem investidos em salas de recursos para que sejam trabalhados com as pessoas deficientes em propostas de potencializar o aprendizado., como por exemplo jogos de pareamentos de cores e formatos para o ensino ds cores, da geometria, dos tamanhos e espessuras.

Para Shiroma e Evangelista (2007, p.53) é necessárias mudanças educacionais:

Necessidade de urgente implementação das mudanças educacionais demandadas pela reestruturação produtiva. Recomenda-se investir em reformas educativas para adequá-los a ofertar os conhecimentos e habilidades específicas como: versatilidade, capacidade de inovação, comunicação, motivação, destrezas básicas, flexibilidade para adapta-se as novas tarefas e habilidades que deveriam ser construídas na Educação Básica (SHIROMA; EVANGELISTA, 2007, P.53).

Assim, a escola como função social deve levar em conta o que a inclusão pode somar no sistema educacional. Como direito social, há necessidade de políticas de inclusão no processo de escolarização para garantir o efetivo direito à educação de todos, que é o princípio basilar da cidadania.

A acessibilidade, conceituada pela Lei nº 10.098/2000 como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade.

De acordo com os frequentadores das escolas do Sistema Educacional Brasileiro, a acessibilidade não é apenas um lugar físico preparado para atender a todos mas é a condição de possibilidade para vencer barreiras que levem a verdadeira participação das pessoas em vários aspectos de sua vida social. Assim, se une a inclusão, porém se apresentando em diversas dimensões como: atitude, tecnologia, informação, comunicação, linguagem e pedagógica.



O Decreto 7611/11 apresentam a dupla matrícula como diretriz de eficácia para a inclusão e acessibilidade. De acordo com o CNE – CEB 04/2009 se tem o parecer:

A educação especial contribui para garantir o acesso dos alunos a educação comum, disponibilizando os serviços e apoio que complementam a formação desses alunos nas classes comuns da rede municipal de ensino (BRASIL, 2009. p 37).

Acessibilidade e inclusão social são temas pontuais e relevantes para o jovem cientista brasileiro. É visível a preocupação dos jovens pesquisadores, em promover a inclusão social entre elas a acessibilidade aos deficientes físicos e proporcionar uma melhor qualidade de vida a essas pessoas e aos seus familiares. Para proporcionar conhecimentos e contatos com as diferenças na sociedade, a educação inclusiva e a acessibilidade se tornaram assuntos de debate nas discussões públicas.

No Brasil, a criação do Instituto Benjamin Constant² para pessoas com deficiência visual, e do Instituto de surdos-mudos, localizados na Cidade do Rio de Janeiro, trazem possibilidades de educação com ampla acessibilidade que servem de modelo para diversas melhorias e investidas governamentais e pode ser considerada um marco de uma nova agenda global. Isso prova a iniciativa no mundo para melhoria do tema “Educação para Equidade social”.

Reformas educacionais que referem a política de educação estão sendo aplicadas em muitas partes do mundo, em locais diversos, tanto culturalmente como economicamente (VERGER, 2019, P10).

Tais reformas são essenciais a fim de rever as construções das políticas educacionais, bem como seus acertos, erros, evidências, constatações, com o objetivo de melhora na educação especial juntamente às políticas necessárias para tal. Assim, as políticas curriculares

² **Instituto Benjamin Constant** – É uma instituição de ensino para alunos com deficiência visual.tem referência nacional com capacitação profissional e assessoramento a instituições públicas e privadas nessa área, além de reabilitar pessoas que perderam ou estão em processo de perda da visão. Seus objetivos pedagógicos são através de pesquisas, cursos e publicações atuar junto à sociedade resgatando a imagem da pessoa com deficiência visual. A reforma Benjamin Constant, instituída pelo Decreto 981/1990 teve como particularidade a montagem de uma diretriz educacional que abrangia todos os níveis de ensino. (Brasil, site do MEC)



básica, através das tratativas realizadas no município, nas salas de recursos, no Centro Educacional Especializado e nos locais de atendimento à pessoa com deficiência.

Neste contexto, visa no primeiro escopo, a leitura geral dos documentos a serem observados e aplicados, trazendo sua aplicabilidade e observância de como vêm sendo utilizado e trabalhado para que se tenha uma interpretação dos mesmos buscando a crítica nas ações não esclarecidas. Para uma melhor observação, a análise se dará de textos específicos de diversas leis e serão pautadas através da análise de conteúdo.

4.1 Análise Sobre a Educação Inclusiva e a Acessibilidade nas Políticas Educacionais: Uma Investigação nas Legislações

Neste tópico será tratado sobre algumas estratégias pertinentes para a inclusão da Educação Especial, tanto nas escolas, quanto para conhecimento social que precedem aos documentos analisados, em tópico posterior.

É através da educação especial, modalidade de ensino regulada pela LDB em seu art. 4º, inciso III que, traz como dever do Estado, a garantia do atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com necessidades especiais e que este, seja feito preferencialmente, nas redes regulares de ensino, ou seja, o ensino público proporcionando a inclusão de alunos, o acesso a serviços votados aos portadores de necessidades especiais. Assim, o conceito de inclusão está diretamente ligado à permanência dos educandos na escola. ”. Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro.” (MANTOAN,2005. P26). Assim, de acordo com Mantoan, (2005, p26) não importa apenas o acúmulo de alunos para se dizer incluso e sim o que se pode fazer para que esse aluno alcance habilidades que o incluam em sociedade e intelectualmente.

A Educação Inclusiva ajuda nos índices exacerbados de evasão escolar por aqueles que se julgam com incapacidade de aprendizado frente a sociedade. Trazendo assim, a visão de igualdade pois através do sentimento de acolhimento por parte do aluno, esse demonstra maior interesse em continuidade de frequência nas escolas. Através dela os alunos se avaliam em sua aprendizagem pois a mesma se dá através da sua capacidade cognitiva, sem padrões tradicionais de erros e acertos. Trata-se de reconhecer nas diferenças o verdadeiro sentido da



Igualdade e oportunidade para todos no processo da educação e na compreensão da prática educacional se faz pela transmissão e assimilação dos conteúdos de conhecimentos sistematizados pela humanidade na aquisição de habilidades e transformação desses conteúdos no contexto de uma prática social (LIBÂNEO, 1992, P14).

A inclusão requer muitas mudanças de comportamentos padronizados para que se possa obter dela um mínimo aproveitamento. As diferenças estão cada vez mais visíveis enquanto a educação padronizada não vêm acompanhando as mudanças e assim, se torna cada vez mais engessada.

Assim, é indispensável a eliminação de barreiras nas escolas, sejam elas arquitetônicas, com construção e reparação de prédios estruturados para receber alunos com deficiências; pessoais, no investimento de pessoal de apoio e capacitado a trabalhar com os transtornos e deficiências atendidos em cada espaço escolar e social; materiais específicos ou quaisquer outros que se utilizem em práticas de ensino de forma adequada e eficiente que possam levar à diferenciação de saberes dos alunos, trazendo a implementação de grupos de estratégia e diversidade em todas as necessidades educacionais e níveis de aprendizado.

Com isso, deve-se observar sobre a inclusão ao passo de minimizar as diferenças, as torna cada vez mais visíveis e inalcançáveis gerando muitas barreiras que nos afastam da inovação necessária para a melhoria da aprendizagem dos educandos especiais.

De acordo com Mittler (2000, p.48), Os professores não se julgam competentes para atender os alunos com alguma necessidade especial, seja pela falta de estrutura ou pela falta de conhecimento na área por não obter formação específica. Sem contar com os pais de alunos que não entendem o funcionamento da educação especial nas escolas e acham que a qualidade do ensino seria prejudicada ao atender alunos PCDs pois, por falta de informação, acreditam que um aluno PCD pode atrasar a turma ou requerer maior atenção do profissional, deixando de fora os outros alunos.

4.1.1 Documentos Internacionais de Base Para a Educação Inclusiva

Neste momento serão analisados os documentos internacionais pertinentes seguindo dos documentos nacionais e locais que embasam a pesquisa na educação especial:



O Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p2) revela que a educação deve ter como objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana promovendo o saber que trará a união das nações em prol da manutenção da páz.

Artigo 26.1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional dever ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

O ensino fundamental é obrigatório e todos podem recebê-lo através de desempenho e, como direito humano, importa em consciência desde o nascimento até a morte sobre os direitos de cada um observando cada campo de aprendizagem e como condição de sobrevivência, através dos conhecimentos passados, e, também, do bem estar social.

Para FREIRE (2000, p.130) independente de por qual direito se lute, ele deve ser motivo de prioridade de acance. Assim, se toda pessoa tem direito à educação, por exemplo, Freire defende a luta por esse direito ate o alcance do mesmo.

Nos direitos humanos é importante a briga em favor dos direitos humanos, onde quer que ela se trave. Do direito de ir e vir, do direito de comer, de vestir, de dizer a palavra, de amar, de escolher, de estudar, de trabalhar. Do direito de crer e de não crer, do direito à segurança e à paz (PAULO FREIRE, 2000, p.130).

Neste momento, a Lei de diretrizes e bases da educação (L. 9394/96) estabelece, em seu primeiro artigo, sobre o desenvolvimento na vida familiar, na convivência humana, nos movimentos sociais e manifestações. O exercício do direito à educação, se une aos demais direitos humanos que devem fazer parte na expansão da personalidade humana e das liberdades fundamentais entre os diversos grupos.

Artigo 26.2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

Por Cury (1998, p. 49): é projeção de uma expectativa de esperança para um regime democrático .



por parte dos responsáveis em sua dedicação e continuidade na escola. De acordo com a Constituição Federal de 1988: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família,”. (Art. 205, CF)

Artigo 26.3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos. A educação é direito de todos e deve ser gratuita até o ensino fundamental. Como visa expandir a personalidade humana, não cabe discriminação em qualquer hipótese. O artigo também trás aos pais, a responsabilidade de escolha de como se dará essa educação.

A Declaração dos direitos humanos se trata de um documento contendo direitos básicos produzida pela Organização das Nações Unidas. Nela a educação, por ser um dos direitos, precisa ser obtida sem qualquer tipo de discriminação e garantir a dignidade e integridade da pessoa humana. O Estado, é responsável em proteger, promover tornar efetivos tais direitos, e trazer, com isso, o equilíbrio pelo cumprimento desses.

A educação, de acordo com José Luis Bolzan de Moraes (2013),

Precisa ser percebida não apenas como o acesso ao conhecimento posto como também a capacitação para o acesso ao conhecimento a ser construído, permitindo-se uma formação constante e multifacetada, constituindo-se, com esse perfil, direito de todos e dever do Estado, elevando-a à categoria de serviço público essencial que ao poder público impende possibilitar a todos, daí a preferência constitucional pelo

ensino público (MORAES, 2013. P 75).

Já a Declaração de Salamanca (1994) traz, em seu interim, uma pedagogia centrada na criança e também recomendações visando um novo pensar para a educação especial. Assim, mostra que além de ser direito de todos, toda dificuldade deve ser considerada e as escolas precisam estar prearadas e adaptadas às especificidades dos alunos.

Um movimento essencial para educação inclusiva é a Declaração de Salamanca (1994) que proclama em seu corpo certos direitos:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem (UNESCO, 1994,p.1).

As crianças, como pessoas em desenvolvimento, devem receber total atenção para que atinjam a capacidade de aprendizagem para a cidadania e sua dignidade. Assim, torna-se



hábitos de não completar o ciclo que leva ao desenvolvimento cognitivo e comportamental onde toda criança necessita possuir características, interesses e habilidades para a aprendizagem (UNESCO1994).

As crianças possuem habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo de sua aprendizagem sejam elas: o Eu e o outro; corpo, gestos e movimento; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação e espaço, tempo, quantidades, relações e transformações. Essas habilidades vem relacionadas na BNCC e devem ser desenvolvidas com a finalidade cognitiva, motora e social.

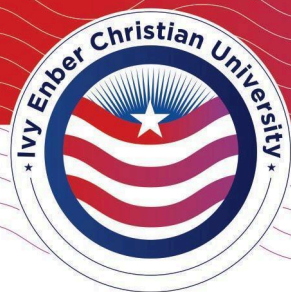
A criança que desde sua infância é motivada ao desenvolvimento das suas habilidades básicas, crescerá preparada para seu desenvolvimento racional e social.

Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades (UNESCO, 1994,p.1).

A diversidade deve ser levada em conta no sistema educacional para que o ambiente seja inclusivo. A diversidade envolve a variedade cultural, a orientação sexual, tradições, artes e expressão. Trata-se de identidade individual de cada aluno. Na verdade, tem um valor inegável à inclusão social e ao desenvolvimento. Sendo assim, “a educação precisa ser moldada de forma a atingir sua configuração ideal para que sirva sua função e realize seu valor”. (DELEVATTI, 2006, p. 10). É preciso observar a cultura e criação que envolve o aluno para que através de sua experiência e vivência, se alcance um significado que pautar a sua aprendizagem e cognição.

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (UNESCO, 1994,p.1).

Torna-se de cumprimento legal prevista na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9394/96) e diversos documentos. Porém na perspectiva inclusiva o público alvo são os estudantes com transtorno global do desenvolvimento, os deficientes cognitivos e os alta habilidades ou superdotação. O acesso a escola regular deve vir acompanhado de estratégias para sua manutenção como projetos que motivem alunos e professores envolvendo os diversos tipos de conhecimento e troca de experiência e aprendizado.



crianças de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO, 1994, p.2).

A escola deve ser ativa em orientar seus funcionários, pais e demais pessoas a serem inclusivos. Projetos que alcancem a intenção de inclusão e acessibilidades poderão ser adaptados para atender a todos os aluno público alvo da educação especial.

Estratégias didáticas e de mediação pedagógica apoiarão a inclusão no cotidiano e na socialização da escola, garantindo acesso, permanência e participação, conforme o que está problematizado acerca da adoção dos princípios da Educação Inclusiva.

Princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. • a assegurar que educação especial faça parte de toda discussão que lide com educação para todos em vários foros (UNESCO, 1994. p.2).

Os processos de inclusão são diversos vindo desde a adaptação de materias, como adaptação de conteúdos, mobiliarios e demais estratégias. Os recursos de forma orientada trarão a inclusão dos alunos e envolverão a todos. A inclusão é um processo de participação de docentes, gestores, órgão, familiares e demais envolvidos no desenvolvimento do aluno incluso.

O papel do diretor em provocar as mudanças necessárias do sistema em cada nível – o setor escolar central, a escola e cada turma – é essencialmente um papel de facilitação. A mudança não pode ser legislada ou obrigada a existir. O medo da mudança não pode ser ignorado. O diretor pode ajudar os outros a encararem o medo, encorajar as tentativas de novos comportamentos e reforçar os esforços rumo ao objetivo da inclusão (SAGE, 1999, p. 135).

A inclusão é um processo de participação de docentes, gestores, órgão, familiares e demais envolvidos no desenvolvimento do aluno incluso.

Carneiro (2006, p. 32) afirma que:

O projeto pedagógico não pode se constituir como um fim em si mesmo. Ele é verdadeiramente o início de um processo de trabalho 10. A partir do projeto pedagógico a escola vai estruturando seu trabalho, avaliando e reorganizando suas práticas. Mais uma vez o papel do gestor se apresenta em destaque, uma vez que para estruturar, avaliar e reorganizar as práticas educativas é necessária uma liderança firme capaz de buscar os caminhos para tais encaminhamentos (CARNEIRO, 2006, p. 32).



todos os envolvidos na educação, buscando a transformação da mesma, por políticas públicas que deverão ser aplicadas, através de projetos e ações, na escola. Para tal, devemos observar a Convenção de Guatemala (1999)– Dec.3956/2001 onde O objetivo principal da convenção é eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadores de deficiência e desta forma, inseri-las na sociedade.

A convenção também relata sobre as políticas públicas a serem alcançadas e da mesma forma sobre a acessibilidade estrutural. O ideal da convenção é que todos os estudantes possam se manter nas universidades e escolas e que não haja barreiras de impedimento ao direito de todos.

A Convenção de Guatemala/1999 relata que:

Toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (GUATEMALA, 1999,p.2).

Trata-se de crime contra a dignidade da pessoa humana a discriminação baseada na deficiência e portando proibida de acordo com a Lei 13146/2015 (estatuto da pessoa com deficiência). Para isso, o Tribunal de Justiça, seja de qualques Estado, conta com setor específico para romover a inclusão das pessoas no âmbito institucional e fomenta sobre o respeito e a diversidade.

A diferenciação ou preferência adotada para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência (GUATEMALA, 1999,p.2).

4.1.2 Documetos Nacionais Que Pautam Sobre a Inclusão

Foram pautados na legislação nacional os itens pertinentes à pesquisa. Através da análise em documentos norteadores nacionais pautam o conhecimento e as justificativas abaixo relacionadas.



206 relatam:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1998,p. 14).

Vislumbra-se além de ser direito de todos, a educação é um dever e o Estado, familiares, sociedade devem se responsabilizar para tal. O objetivo é o pleno desenvolvimento, o exercício da cidadania e o preparo para o trabalho. Assim, a Constituição garante a necessidade de acabar com o analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria e qualidade do ensino bem como a promoção humanística, científica e tecnológica dentre outros.

De acordo com Raniere (2009):

E, por tal razão, estabelecem-se as obrigações correlatas dos demais sujeitos passivos do direito à educação – o Estado (que deve promovê-lo, protegê-lo e garanti-lo), a família (que deve oferecer o acesso à educação), e a sociedade (que o financia) –, traduzidas em deveres, também, fundamentais. No direito brasileiro, a educação fundamental é direito subjetivo público, assegurado, inclusive, a todos que a ele não tiveram acesso na idade própria (RANIERE, 2009, P1).

A Constituição federal de 1988 garante avanços para a Educação especial em seu Art. 1º, trazendo como objetivo fundamental promover o bem de todos, sem discriminação bem como direito à igualdade e preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho. Além disso, a Constituição elege como um dos princípios para o ensino em seus Arts.206 e 208 “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

É através do conhecimento das leis, haverá parâmetros a serem seguidos e com isso, maior conhecimento sobre os direitos a serem aplicados e as consequências trazidas pela desigualdade.

Com a aplicação dos artigos 206 a 208 da Constituição Federal, muitos envolvidos na



traga igualdade aos alunos inclusos.

A Lei nº 7.853/89 - Lei de política nacional para pessoas com deficiência e Lei 13146/15 - Estatuto da Pessoa com Deficiência entrou em vigor em janeiro de 2016 e surgiu para orientar sobre a garantia da inclusão social e cidadania.

A lei garante condições de acesso à educação e à saúde, cabendo, ao poder público, a oferta de recursos para garantir igualdade. Assim, um dos avanços dessa lei, é a proibição de cobrança de valores adicionais em matrícula e mensalidade pelo fato da pessoa ser deficiente e precisar de recursos a mais.

Na esfera escolar, o sistema educacional, deve ofertar educação bilíngue, na esfera de cumprimento, a lei trás em seu escopo a definição de diversos crimes praticados contra as pessoas com deficiência.

O Estatuto considera pessoa com deficiência quem tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial para participação efetiva e plena na sociedade de forma igualitária de condições com as demais pessoas. Considera discriminação a tais pessoa toda forma de distinção, restrição ou exclusão que prejudique, impeça ou anule direitos e liberdades como pode se notar abaixo:

O culto ao corpo útil e aparentemente saudável pela sociedade contemporânea entra em rota de colisão com aqueles que portam uma deficiência, pois estes lembram a fragilidade que se busca negar. Sendo assim, a condição das pessoas com deficiência é um terreno fértil para o preconceito em razão de um distanciamento em relação aos padrões físicos e/ou intelectuais que se definem em função do que se considera ausência, falta ou impossibilidade. Fixa-se apenas num aspecto ou atributo da pessoa, tornando a diferença uma exceção (SILVA, 2006, p 41). Por outro lado, o corpo marcado pela deficiência, por ser disforme ou fora dos padrões, lembra a imperfeição humana (FRANCO; DIAS, 2005, p 67).

Em 1990 surge uma lei ao amparo da criança e adolescentes (ECA-Lei 8069/1990) que em seus – Arts 11, 54, 66 tras o entendimento sobre a atenção diferenciada assegurando atendimento integral e especializado para a criança com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino garantindo assim, a proteção integral ao menor. Tais artigos são abaixo relacionados:

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da



Esse atendimento se dará sem discriminações e o poder público, bem como os envolvidos se tornam responsáveis e para tal, os profissionais que atuam com essas crianças, precisam receber formação específica para melhor os acompanhar. A educação é uma das políticas prioritárias e para o ECA serve de contenção negligenciosa com as crianças e adolescentes garantindo que se estiverem em situação de risco e socialmente desfavorecidas, sejam protegidos pelas políticas públicas necessárias através de direitos como: receber educação, visando o desenvolvimento global do indivíduo e a preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. O artigo 54 do ECA traz que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; **II** - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; **III** - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; **IV** – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016) **V** - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; **VI** - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; **VII** - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola (ECA, 1990. P.3).

O ECA traz os direitos e deveres para com as crianças e adolescentes e quais as necessidades a serem supridas de forma a garantir a proteção da pessoa em desenvolvimento. E garante ao adolescente deficiente o trabalho protegido relatado no art 66 do Estatuto.

Assim como o Estatuto da Criança e Adolescente bem como as diversas leis que

regulam o atendimento educacional, a escola vem pautada e baseada na Lei nº9394/1996 - Lei



(inciso I) se organizando em Pré Escola, Ensino fundamental e médio;

Essa obrigação na educação básica, visa oportunidades para todos e conseqüentemente a responsabilidade estatal em cumprir acessos igualitários às populações menos abastadas e com obstáculos maiores a serem enfrentados.

Já a universalização do ensino médio gratuito (inciso II); atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) potencializa o acesso de forma igualitária, trazendo ainda a necessidade de um olhar especialista aos alunos inclusivos.

O (inciso III); acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria (IV); acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando (V); oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garante aos trabalhadores e demais pessoas com dificuldades atuais de aprendizado, as condições de acesso e permanência na escola (VI) atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Os padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022) - (IX).

É importante direcionar que a vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental devem ser a mais próxima residência da criança e que a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008), pois assim,

diminui o risco de evasão e baixa frequência. Também se faz necessária a alfabetização plena



desenvolvimento dos indivíduos (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022).

Outro assunto importante abarcado pela lei é sobre a educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023). Assim, traz ao Estado a obrigação de garantir o atendimento educacional especializado gratuito, aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede de ensino.

A LDB trata apenas da Educação Escolar. Como aponta Cury:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos. (CURY, 2007, p. 486).

A própria lei não muda a realidade, porém, orienta a sociedade na defesa de seus direitos.

A LDB em seu capítulo 5, trata especificamente da educação especial garantindo, se necessário, apoio especializado as crianças com deficiência, inclusive de tradução (libras, braile). Portanto, faz-se necessário o preparo do profissional da educação, seja em especialização adequada, seja em forma de recebimento do aluno especial a fim de integrar os educandos em salas comuns de ensino inclusive assegurando atendimento educacional em período de internação e complementando em seu Art. 58 onde se subentende o compromisso com a inclusão e §2º que relata sobre as escolas especializadas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça o direito à educação especial contextualizando sobre o desenvolvimento das competências socioemocionais através da inclusão. Assim, na Base Comum Curricular destaca-se Silva e Moreira (1995) ‘currículo para o processo de formação social’ (Silva e Moreira, 1995. P200) A diversidade cultural no

ponto curricular tem grande relevância na ação inclusiva e para tal, conta com a Lei



regulares de ensino.

A atual, é a plena integração na sociedade que ainda se encontra em precariedade. De acordo com a Organização Mundial de saúde, em torno de 10% da população tem necessidades especiais como visuais, auditivas, físicas, intelectuais, múltiplas, de conduta e superdotação e poucos são os lugares preparados a receber tais pessoas. O plano também relata a necessidade de capacitação profissional, tanto pedagógico quanto administrativo, bem como ampliação de regulamento das escolas especiais que prestam apoio aos programas de integração e expansão de cursos de especialização. O papel da União no planejamento e direcionamento é fundamental e obrigatório para melhor intervenção educacional e para isso destina-se a objetivos e metas para alcance de critérios padrões nas modalidades de ensino.

Assim, para que haja uma boa resposta em relação a inclusão, e de acordo com a Política Nacional de Educação Especial, a educação inclusiva para ser uma ação política, social e pedagógica, deve se observar quatro estratégias pedagógicas quais sejam: 1 – Conhecer as necessidades de cada aluno; 2 - promover campanhas de inclusão escolar; 3 – fazer avaliações individuais. E 4 – Investir em tecnologia.

4.1.3 Documentos da Inclusão em Rio das Ostras

Da mesma forma e em busca de análises em documentos mais direcionados, este capítulo é dedicado aos documentos da Cidade de Rio das Ostras, onde foram pautadas as análises com a pertinência da educação inclusiva seguida em tal município. Através de legislação local e conversa com os envolvidos, professores de sala de recurso, professores regulares de ensino e coordenadores do Centro Educacional Especializado, se pode vislumbrar sobre a criação e acompanhamento de leis que regem, pautados nas leis estaduais e federais, sobre a educação inclusiva do município.

De acordo com a Emenda 41/2018 - Lei Orgânica de Rio das Ostras e Lei 2291/2019 – e a Lei 8877/2020 - Plano Estadual de Educação as mesmas acompanharão a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) e seguem diretrizes do Plano Nacional porém trás a

responsabilidade do ensino médio priorizado e do ensino técnico. Portanto, tem deveres



Quanto ao Secretário em Rio das Ostras, aponta a criação de um novo núcleo pedagógico em auxílio a Educação do Município:

O núcleo vai otimizar ainda mais as ações pedagógicas da Educação. A sede vai abrigar todas as nossas equipes de profissionais. É um grande ganho ter essa área que, a cada dia mais, vai melhorar o atendimento aos nossos alunos. Nossos profissionais vão trabalhar mais seguros e mais felizes em um espaço adequado”, ressaltou o secretário de Educação, Esporte e Lazer (MAURÍCIO HENRIQUES, 2022 – artigo,p.1).

Quanto a educação especial, além do Centro Educacional Especializado, já em funcionamento em Rio das Ostras, se encontra em construção um diagnóstico sobre a Educação especial e seu atendimento, devido ainda possuir muitos alunos com necessidades educacionais especiais fora do sistema de ensino a fim de enfatizar a convivência e a heterogeneidade da aprendizagem para construção do conhecimento, a cidadania e a democracia social.

Juntamente com as demais leis municipais e em âmbitos federais e Estaduais, pauta-se o Plano Municipal de Educação Rio das Ostras que se apresenta bem a frente de diversos municípios no que tange a Educação especial. De acordo com a Lei orgânica, qualquer um do povo pode trazer assuntos importantes para debate e alguns pais têm se levantado em defesa aos direitos dos educandos com necessidades especiais. De tal forma que o município criou um Centro Especializado de educação Especial que atende, contra turno, crianças e adolescentes com necessidades educacionais especializadas. Da mesma forma tem investido nos profissionais da educação para melhoria e capacitação no recebimento e atendimento dos mesmos.

O art 4º traz o dever de atendimento obrigatório e especializado em escolas mais próximas a residência dos moradores com fornecimento de material didático, alimentação e transporte. O plano Municipal garante tais medidas também com 32 metas e 157 estratégias elenca sobre a valorização profissional e sua capacitação, bem como as diferentes áreas de ensino e suas estratégias como tabelados abaixo:

Tabela 1-Metas no Município de Rios das Ostras

EDUCAÇÃO ESPECIAL
META 13. Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade



habilidades/superdotação, por meio de adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva.

ESTRATÉGIAS: 13.1. Promover acessibilidade aos prédios escolares e aos eventos educacionais de âmbito municipal às pessoas com deficiência, inclusive com sinalização em libras e braile. 13.2. Adaptar as instalações físicas escolares e garantir que as futuras construções assegurem acessibilidade e mobilidade, em todos os seus espaços, mediante eliminação das barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas edificações, para atender a alunos que apresentem mobilidade reduzida, em caráter permanente ou transitório. 13.3. Manter e ampliar, gradativamente, o quantitativo de veículos adaptados, com motoristas e monitores de transporte capacitados, para a condução de alunos com deficiência. 13.4. Oferecer materiais didáticos específicos, para atendimento aos alunos e professores. 13.5. Articular, junto aos órgãos governamentais, à aquisição de recursos adaptados para utilização dos alunos em classe regular, na Sala de Recursos Multifuncionais - SRM e nas demais dependências das UEs. 13.6. Promover acesso à Tecnologia Assistiva aos alunos que apresentam dificuldades na comunicação oral. 13.7. Oferecer nos eventos educacionais o profissional intérprete de libras.

META 14. Integrar as diversas instituições que fazem atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, no sentido de fortalecer os vínculos familiares e criar expectativas de melhoria na qualidade de vida dos alunos.

ESTRATÉGIAS: 14.1. Ampliar e fortalecer as parcerias intersetoriais com a Secretaria de Saúde; de Bem-Estar Social; de Esporte e Lazer; de Ciência, Tecnologia e Inovação; de Comunicação Social; a Fundação Rio das Ostras de Cultura, entre outras, objetivando o desenvolvimento de projetos integrados e oferta de atividades extracurriculares, que promovam a inclusão dos alunos e a sensibilização efetiva da sociedade. 14.2. Elaborar projetos para fortalecer o atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, extensivos aos membros cuidadores das suas famílias, promovendo encontros/atividades com os pais ou responsáveis, na proposta de integração família/escola. 14.3. Oferecer curso de libras e/ou braile para os



perspectiva da inclusão, legislação, políticas públicas e características de cada deficiência. 14.5. Proporcionar avaliação diagnóstica, através de equipe multiprofissional, para alunos com indícios de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e ainda com necessidades educacionais especiais. 14.6. Garantir equipe multiprofissional na SEMED, visando avaliação, orientação e encaminhamento para atendimento dos alunos para profissionais nas áreas específicas.

META 15. Manter e ampliar o atendimento educacional com profissionais especializados aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

ESTRATÉGIAS: 15.1. Ofertar Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em Salas de Recursos Multifuncionais, garantindo a atuação de profissionais qualificados. 15.2. Promover parcerias com órgãos/instituições para a oferta de qualificação profissional inicial e continuada. 15.3. Oferecer suporte técnico-pedagógico para os profissionais qualificados nas diversas deficiências em turmas com alunos incluídos. 15.4. Assegurar professores de sala de recursos nas várias áreas de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além de intérpretes de libras e professores de apoio para atuarem nas UEs.

META 16. Ampliar a política educacional para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e fortalecer o acompanhamento pedagógico das unidades escolares a perspectiva da educação inclusiva.

ESTRATÉGIAS: 5 Rio das Ostras - Edição nº 744 de 19 a 25 de Junho de 2015 16.1. Organizar a enturmação dos alunos nas classes regulares, com observância às peculiaridades das deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a fim de garantir o desenvolvimento de suas potencialidades. 16.2. Possibilitar a organização a flexibilização das adaptações curriculares, dos métodos, das técnicas e dos recursos educativos que forem necessários, respeitando a individualidade do aluno. 16.3. Assegurar terminalidade específica para aqueles que não



os superdotados, promovendo a educação para a vida, através de encaminhamentos destes alunos, sempre que possível, a projetos/programas específicos nas áreas de formação para o trabalho, de esporte e de assistência social. 16.4. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva. 16.5. Ofertar escrita braile e a utilização do soroban para alunos cegos em todas as etapas e níveis da educação. 16.6. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento, voltados aos alunos da educação básica e suas modalidades, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras (2023).

Assim, visando atender, da melhor forma, os alunos especiais de Rio das Ostras, vem sendo cumprido, em concordância ao Plano Estadual de Educação e ao Plano Nacional bem como a Lei de Diretrizes e Bases e a Constituição Federal, as metas e estratégias acima relacionadas, trazendo o melhor atendimento e aplicação pedagógica educacional para o Sistema de Ensino do Município.



Trabalhoso é observar o ato de incluir pois demanda de vários parâmetros a serem considerados. O objetivo da inclusão é acolher de forma a garantir os direitos de cada cidadão com deficiência. Através da análise de diversos documentos se dará as bases para incluir e lutar pelos direitos das pessoas com deficiência fazendo com que haja igualdade de oportunidades na vida e cotidiano das mesmas.

A educação inclusiva deve se fazer refletir nas políticas educacionais e trazer os desafios para que haja igualdade de condições e manutenção dos direitos. Com isso, a família se faz primordial em sua participação bem como toda a sociedade levando para o meio de convívio as necessidades, habilidades e lutas, com conhecimento e em busca da acessibilidade.

Ao observar sobre a inclusão, depara-se com as vulnerabilidades, sejam elas materiais, emocionais, físicas, mentais ou estruturais. Busca-se a dignidade da pessoa humana com a integração direitos de cada cidadão. Porém a falta de recursos e de capacitação pessoal torna mais ineficaz a inclusão e para tal, é imprescindível o envolvimento da família, sociedade e todos ligados a área inclusiva.

A proximidade com o tema da inclusão adveio da necessidade de melhor aplicação de recursos e de melhoria nas bases inclusivas em sala de recurso com público alvo em pessoas com deficiência física, intelectual, altas habilidades e com espectro autista. Diante disso, através de observação documental pode-se vislumbrar sobre o processo de inclusão das pessoas com deficiências e políticas educacionais no município de Rio das Ostras/RJ que têm tratado a educação inclusiva como base de melhoria e avanços da criança com deficiência, através de debates, de atendimentos especializados em sala de recursos e outros meios como terapias ocupacionais e de abrangências necessárias a cada deficiência.

O município ainda conta com a criação de um Centro especializado de educação especial trabalhando de diversas formas como: estimulação precoce, sala maker, vivência diária na casa da vida independente e atendimentos individualizados visando a melhoria de vida dos atendidos demonstrando atender o objetivo geral dessa pesquisa.

Conclui-se também que o diálogo sobre a educação inclusiva, a busca de respaldos



partir de diversas legislações, sendo brasileiras, locais ou internacionais, atendem a pesquisa no que tange a forma de aplicação e a lutas dos direitos das pessoa com deficiência, se alcança com a compreensão do processo de inclusão das Pessoas com Deficiência nas políticas educacionais no Sistema Educacional, trazendo a dialogicidade sobre a educação inclusiva, indentificando seus processos a partir das legislações vigentes no País em consonância com as reflexões inclusivas da rede de ensino do Município de Rios das Ostras.

A educação especial em Rio das Ostras tem crescido não apenas em números mas também em resultados positivos o que leva a acertividade e reflexão sobre a implementação educacional inclusiva nos município, de acordo com o jornal municipal de Rio das Ostras³ provando que traz resultados bem positivos de eliminação de barreiras e maior aceitação da população, da família e dos envolvidos na seara educacional. Através dessa reflexão, pode-se perceber avanços na área educacional padrao e tambem no que se revela em educação especial, pois funcionários, professores e familia, bem como comunidade escolar e órgão públicos têm se mostrado em maior interesse nas pessoas com deficiência.

A busca de melhorias para a inclusão sempre será necessária pois atavés dos avanços tecnológicos, dos avanços sensoriais e de conhecimeto da população, haverá constante luta pelos direitos das pessoas com deficieência, cabendo também ao poder público escarecimentos sobre as áreas inclusivas trazendo assim, todos os envolvidos ou não nesta seara maior envolvimento e busca de melhorias necessárias à inclusão e acessibilidade.

O pensar inclusivo contará com atitudes e busca de novas soluções para melhorias na inclusão levando sempre a reflexão de manutenção dos alunos nas escolas e atendimentos e buscando meios e forma eficazes para otimização e maior capacitação na área estudada o que nos leva aos recuos e desafios na seara educacional no que tange a inclusão e acessibilidade.

A inclusão deve ser pautada não apenas em agregar pessoas e sim no permanecer e na não discriminação dos indivíduos “especiais”. O acesso e as condições para cada avanço devem ser observados e neste intuito pode-se chegar a conclusão que é um caminho arduo e contínuo. Muitos acertos ainda devem ser perseguidos, porém, as escolas, poder público e envolvidos têm se preparado para a melhoria dos atendimentos aos alunos com necessidades



educacionais especiais.

Diversos movimentos foram relevantes para o alcance dessa empreitada educacional e trouxeram respaldos e reflexões para uma inclusão mais acertada. Outros movimentos deverão surgir à medida da necessidade de expansão do conhecimento com base na inclusão e melhores formas de atuação.

A falta de investimento e recursos ainda se faz presente, porém têm sido observada e contada cada vez mais frequentemente em busca de melhores resultados nos parâmetros educacionais dos municípios envolvidos com a melhoria da inclusão.

A integração comunidade escolar e escola são de extrema importância para o avanço na aplicação das diretrizes que garantem os direitos dos alunos inclusos que levam ao enriquecimento curricular dos mesmos. A formação continuada dos profissionais envolvidos também se revela de extrema importância e têm alcançado maior número de pessoas ávidas a trabalharem com educação inclusiva.

Através da análise de conteúdo de Bardin pode ter maior dimensão sobre as atuações das políticas públicas em diversas dimensões: mundial, estadual e municipal. Com isso, mediante um olhar direto e mais aprofundado, através das leis que garantem os direitos às pessoas com deficiência, a observação de cada legislação, trouxe uma reflexão da necessidade de maior aplicabilidade das leis existente aos casos concretos. Assim, teremos uma inclusão mais efetiva e com maiores acertos e confirmando o pesquisado.

As falhas encontradas foi relatar toda a base da pesquisa nas circunstâncias bibliográficas, devido a pandemia mundial, necessitando assim, de um aprofundamento de análise de campo para que os resultados sejam mais expressivos e de melhor colocação. Quanto aos documentos analisados, esses trouxeram base para experimentações de sucesso que deverão ser postos em aplicação de campo para melhores observações de conduta.

A LDB, apesar de tratar sobre a educação inclusiva, necessita de parâmetros mais objetivos de atuação na prática dos professores especialista em sala de recurso ou em outros métodos de atendimento especializado pois a educação inclusiva de qualidade ajuda nos índices de avasão escolar diminuindo esta barreira de acessibilidade nas escolas e por conseguinte, na vida cotidiana do aluno atendido.

Finalizando, essa pesquisa contribui, em alta intensidade, para a atuação e atendimento, melhor profissionalização e busca do saber por parte dos professore e



envolvidos na seara inclusiva, bem como melhor convívio e aceitação do aluno com deficiência trazendo para ele, uma acertividade maior em suas motivações e cognição e levando – o a iguadade de condições, sejam acadêmicas, sociais, na vida e dignidade do educando e fortalecimento de suas habilidades.



REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

BRASIL. **Comissão Internacional das Pessoas Deficientes**. Relatório de atividades da Comissão Nacional para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. 1981.

BRASIL. **Congresso Nacional. Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Comitê Nacional para a Educação Especial. Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Deficiente. Rio de Janeiro, 1º jul. 1986f.

_____. **Ministério da Cultura**. A constituinte e os portadores de deficiência, 3 dez. 1986a. Relatório do Ciclo de Encontros.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 7.853/89**. Brasília, Centro Gráfico, 1989.

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394)**. Brasília, Centro Gráfico, 1996.

_____. **Congresso Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução - 1996.

_____. **Ministério da Educação**. Ata da quinta reunião da Comissão sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o Executiva do Comitê Nacional para Educação Especial, 26 fev. desafio de uma representação democrática. Revista Virtual Textos & 1986b. Contextos, n. 3, dez. 2004.

_____. Brasília – DF, **CNB-CEB nº 4** de 02 de outubro de 2009

_____. **Boletim Do Núcleo De Integração De Deficientes (Nid)**. São Paulo, n. 1, 16 ago. 1980.

BUENO, J.S.. **Crianças com necessidades especiais, política educacional e informação de professores**. Revista Brasileira de educação especial. V 3, n.5, p 7-26, 1999.

CRUZ. G.C. GLAT, R. **Educação Inclusiva**: desafio, descuido e responsabilidade da licenciatura. Educar em revista, n.52, p 257-273, 2014.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional Sobre educação. São Paulo. UNESCO, 1998,



MIMEO - **ENCONTRO NACIONAL DE PESSOAS DEFICIENTES**, 1. Brasília, 22 a 25 de outubro de 1980. Propostas aprovadas pelas 39 entidades de pessoas deficientes credenciadas no 1º Encontro Nacional de Pessoas Deficientes. Mimeo.

MIMEO - **ENCONTRO NACIONAL DE PESSOAS DEFICIENTES**. Atas do encontro. Ata da reunião plenária realizada no dia 15 de julho de 1983. São Bernardo do Campo, São Paulo, 13 a 17 de julho de 1983. Mimeo.

FRANCO, JR. DIAS TRS. **A pessoa cega no processo histórico**: Um breve percurso. *Revista Benjamin Constant*. 30: 1-9, 2005.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. **Métodos e técnicas de pesquisa**: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

GUATEMALA. **ASSEMBLÉIA GERAL**, 29º período ordinário de sessões, tema 34 da agenda. Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, 1999.

LANNA Junior, Márcio Cleber Martins. **História do Movimento Político das pessoas com Deficiência no Brasil** – Brasília, P 443, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

MITTLER, P. Working **Towards inclusion education**: social contexts. London, David Fulton Publishers Ltd., 2000.

MORIN. E. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 4. ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Acessibilidade a edificações, mobiliários e equipamentos urbano. NBR 9050. **Revista de Sobama**. Volume 10, n1, suplemento, pp 31-36. Dezembro de 2005.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental**: seu uso numa pesquisa histórica. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

SANTOS, A. M. R.N. M; MARQUES, J. L. P. T.; NASCIMENTO, K. C. S. **Educação inclusiva**: avanços e desafios do atendimento educacional especializado. Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais , v. 4, n. 3, p. 153, 2018.



SHIROMA, E. O. Moraes, CELIA, M. M. **Políticas Educacionais**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007. VITAL, Flavia Maria de Paiva. Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência. Disponível em Acesso em: 12 out. 2009.

VERGER, A. **A política educacional global: conceitos e marcos teóricos**. Práxis Educativa. V14, n 1 p. 9-33, 2019.